



**Município da Marinha Grande**  
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
28/06/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 14

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
28/06/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 14

Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e treze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Dr. Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alberto Filomeno Esteves Cascalho;
- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:45 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

O Sr. Vereador Dr. Alberto Filomeno Esteves Cascalho ausentou-se da reunião pelas 12:45 horas, após a votação do ponto 5 dos assuntos não incluídos na ordem do dia, não tendo regressado.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

#### ORDEM DO DIA

1. **11.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2013 - PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO EM CUMPRIMENTO DO PRECEITUADO NO N.º 3 DO ART. 65.º DA LEI N.º 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º 5-A/2002 DE 11 DE JANEIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL**
2. **12.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2013**
3. **REQ. N.º 910/13 – PC N.º 357/06 – DUARTE GOMES E DUARTE, LDA.**
4. **REQ. N.º 851/13 – PC N.º 271/11 – VITOR MANUEL CONCEIÇÃO GASPAR**
5. **REQ. N.º 837/13 - PC N.º 352/08 – PLIMAT – PLÁSTICOS INDUSTRIAIS MATOS, S.A.**

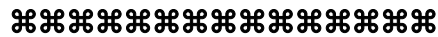
6. REQ. N.º 4906/11 - PC N.º 270/11 – OURILIZ – SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, LDA.
7. REQ. N.º 667/13 - PC N.º 336/12 – JOSÉ AUGUSTO PIEDADE CARREIRA
8. PROCESSO N.º 254/10 – TIMOTHY ALEXANDER TACCHI – APRECIÇÃO DE ALEGAÇÕES APRESENTADAS EM SEDE DE AUDIÊNCIA PRÉVIA – DELIBERAÇÃO FINAL
9. PROCESSO N.º 84/09 – PÃO COM COISAS, RESTAURAÇÃO, LDA. – APRECIÇÃO DE ALEGAÇÕES APRESENTADAS EM SEDE DE AUDIÊNCIA PRÉVIA – DELIBERAÇÃO FINAL
10. PROCESSO N.º 199/10 – VITOR RODRIGUES SILVA, MARIA DA CONCEIÇÃO BARREIROS VELEZ E JOSÉ AMÂNDIO SIMÕES RODRIGUES TORRÃO – APRECIÇÃO DE ALEGAÇÕES APRESENTADAS EM SEDE DE AUDIÊNCIA PRÉVIA – DELIBERAÇÃO FINAL
11. PROCESSO N.º 05/09 – ARLINDO ALBERTO PAIS OLIVEIRA – APRECIÇÃO DE ALEGAÇÕES APRESENTADAS EM SEDE DE AUDIÊNCIA PRÉVIA – DELIBERAÇÃO FINAL
12. PROCESSO N.º 100/09 – AUGUSTO TOMÉ PENELA – APRECIÇÃO DE ALEGAÇÕES APRESENTADAS EM SEDE DE AUDIÊNCIA PRÉVIA – DELIBERAÇÃO FINAL
13. REQ. N.º 416/13 – PC N.º 50/11 – CLARA JESUS GOMES
14. REQ. N.º 698/13 – PC N.º 353/11 – MANUEL CARLOS NUNES ASSUNÇÃO
15. REQ. N.º 940/13 – PC N.º 31/13 – BANCO ESPIRITO SANTO, S.A.
16. REQ. N.º 671/13 – PC N.º 98/06 – GONÇALO JOSÉ RIBEIRO SILVA GOMES
17. REQ. N.º 296/13 – PC N.º 88/10 – JOAQUIM ALVES CRUZ, LDA.
18. REQ. N.º 485/13 – PC N.º 349/12 – CESÁRIO FELÍCIO DA SILVA
19. AUTORIZAÇÃO DE TRANSMISSÃO DE LOTE 4 – ZONA INDUSTRIAL DE VIEIRA DE LEIRIA – REQUERENTE: JOSÉ LOURENÇO DE SOUSA – ADQUIRENTE: MOLDATA-PROJETO E PROGRAMAÇÃO DE MOLDES, LDª. – DEFERIMENTO.
20. EDIFÍCIO INDUSTRIAL DEGRADADO – RUA CATARINA EUFÉMIA, N.º 38, AMIEIRINHA – QUEDA DE ELEMENTOS CONSTRUTIVOS PARA A VIA PÚBLICA –

**PROTEÇÃO DA SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – PROPRIETÁRIOS:  
HERANÇA DE HERLANDER JOÃO DE ALMEIDA MASCARENHAS E DE EDUARDO  
JOÃO DINIS MASCARENHAS E ANA CRISTINA DINIS MASCARENHAS - FALTA DE  
OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO – AUTO DE VISTORIA –  
TRABALHOS URGENTES A REALIZAR.**

- 21. EDIFÍCIO DEGRADADO – RUA ANIBAL H. ABRANTES, N.º 15, MARINHA GRANDE  
– DEFICIÊNCIAS DE PAREDE EXTERIOR E COBERTURA - PROTEÇÃO DA  
SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – ADMINISTRAÇÃO DO CONDOMÍNIO: M.M.  
C. – ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMÍNIOS – FALTA DE OBRAS DE REPARAÇÃO E  
CONSERVAÇÃO – AUTO DE VISTORIA – TRABALHOS URGENTES A REALIZAR.**
- 22. PRÉDIOS ABANDONADOS E DEGRADADOS – RUA DE LEIRIA, N.ºS 2 A 14,  
MARINHA - RISCO DE DERROCA E PERIGO PARA SAÚDE PÚBLICA E  
SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS E PARA A VIA PÚBLICA E PRÉDIOS  
ENVOLVENTES – PROTEÇÃO DA SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS –  
PROPRIETÁRIOS: VERTIPILAR-IMOBILIÁRIA E CONSTRUÇÃO, SA, E MARIA  
FERNANDA DE JESUS FERREIRA RODRIGUES - FALTA DE OBRAS DE  
CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO – AUTO DE VISTORIA – TRABALHOS  
URGENTES A REALIZAR.**
- 23. REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – FASE 1, SERVIÇOS  
EDUCATIVOS, GALERIA MUNICIPAL E CAFETARIA - TRABALHOS DE SUPRIMENTO  
DE ERROS E OMISSÕES – APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO.  
RATIFICAÇÃO.**
- 24. REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - CASA DA CULTURA -  
TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES – APROVAÇÃO DE  
MINUTA DE CONTRATO. RATIFICAÇÃO DE DESPACHO.**
- 25. PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE QUANTIAS RETIDAS NA EMPREITADA  
“REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM DA MARINHA  
GRANDE” – CONCURSO PÚBLICO N.º 05/2010-DEEM**
- 26. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE QUANTIAS RETIDAS NA EMPREITADA “ABERTURA  
DE ARRUAMENTO PARALELO À ESTRADA DOS GUILHERMES E DUAS  
INTERSECÇÕES GIRATÓRIAS” – CONCURSO PÚBLICO N.º 04/2010-DEEM**
- 27. “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - CASA DA CULTURA” – CP N.º  
06/2010 – TRABALHOS A MENOS**
- 28. REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - CASA DA CULTURA – CP N.º  
06/2010 – TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES**

29. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA FLORESTAÇÃO DE PARTE DE UMA PROPRIEDADE, SITA EM VIEIRA DE LEIRIA, FREGUESIA E CONCELHO DA MARINHA GRANDE, COM POVOAMENTO DE EUCALIPTO (*EUCALYPTOS GLOBULUS*) REQUERIDO POR ACÁCIO GOMES MIGUEL.
30. PARECER PRÉVIO GENÉRICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATENTO O PRECEITUADO NO ART.º 75.º DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2013 – RELAÇÃO DOS SERVIÇOS ADJUDICADOS NO MÊS DE MAIO DE 2013.
31. ALIENAÇÃO DE IMÓVEL, PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE, SITO NO BAIRRO DO CAMARNAL N.º 9 LOTE 9, MARINHA GRANDE, A FAVOR DE ESTRELA SOARES ADÃO.
32. REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA REFERENTE À TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DO FOGO N.º 76, SITO NA RUA ADRIANO MARQUES NOBRE, CAMARNAL – MARIA DA ASCENSÃO BASTOS DO CARMO
33. ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS APOIADAS COM ENTRADA EM VIGOR DURANTE OS MESES DE AGOSTO E SETEMBRO DO CORRENTE ANO.
34. APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO. ATIVIDADE DESPORTIVA FEDERADA.
35. PROGRAMA DE ATIVIDADE FÍSICA 3.ª IDADE – 2013 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO
36. AVALIAÇÃO DAS CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA.
37. CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS – 1.ª FASE
38. APRECIAÇÃO DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS NO 4º TRIMESTRE DO ANO 2012, RELATIVAS AO INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE
39. APRECIAÇÃO DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS NO 1º TRIMESTRE DO ANO 2013, RELATIVAS AO INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE
40. RECEÇÃO DEFINITIVA
41. EXTINÇÃO PARCIAL DE CAUÇÃO.

#### 42. RESUMO DE TESOURARIA



##### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- O **Sr. Presidente** solicitou a apreciação e votação, fora da ordem do dia, de quatro processos de obras particulares, que identificou e cujas propostas foram antecipadamente enviadas por e-mail a todos os membros do executivo, pelo que foram por todos aceites, sendo os mesmos discutidos e votados após a votação dos processos de obras particulares incluídos na ordem do dia da presente reunião.

O **Sr. Presidente** solicitou ainda a apreciação, também fora da ordem do dia, de mais dois assuntos, que identificou, o que foi por todos aceite, pelo que os mesmos serão discutidos e votados após a conclusão da ordem do dia da presente reunião.

- O **Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira** pretende saber quem faz a recolha dos materiais de publicidade, uma vez que desapareceu um painel metálico propriedade do PCP, que quer a sua devolução, e também um do Sport Império Marinhense, que estavam colocados na Av.<sup>a</sup> José Gregório.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** informou que a recolha de materiais publicitários está dentro do procedimento da limpeza da zona urbana, embora neste caso suspeite que por serem painéis metálicos possam ter sido roubados, porque a empresa que faz a limpeza tem indicações para não recolher propaganda política.

- O **Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho colocou as seguintes questões:**

⇒ pretende saber se há algo de novo em relação à situação das matas;  
⇒ se há novidades em relação ao SAP.

Em relação às matas, o **Sr. Presidente** informou que houve uma reunião a nível distrital, para aprovação do Plano Contra Incêndios, e o Eng.<sup>o</sup> responsável pela ANPC comprometeu-se a fazer a limpeza e a por circuláveis 3,5 km em 15 dias. Este prazo está a terminar e já pediu uma reunião.

O **Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho** referiu que isso não nos reduz o grau de preocupação, lembrando a sua sugestão há reuniões atrás, para que sejam

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
28/06/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 14

disponibilizados meios aéreos. Entende que é urgente clarificar a situação e atribuir responsabilidades.

O **Sr. Presidente** referiu que desde a primeira hora manifestou a sua preocupação e a disponibilidade da Câmara da Marinha Grande para colaborar no que fosse necessário.

No que diz respeito ao SAP, sabe que o Diretor do Centro de Saúde pediu a demissão e que parece não estar prevista a colocação de mais médicos na Marinha Grande, apesar de terem sido colocados alguns na zona centro.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**1 - 11ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2013 - PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO EM CUMPRIMENTO DO PRECEITUADO NO N.º 3 DO ART. 65º DA LEI N.º 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º 5-A/2002 DE 11 DE JANEIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL**

565 - Presente Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 141-DFTI/2013 de 19 de Junho de 2013 relativo à aprovação da 11.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2013.

Considerando o preceituado no n.º 3 do art.º 65.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, na sua redação atual, desta decisão deve ser dado conhecimento à Câmara Municipal por a mesma consubstanciar uma decisão geradora de custo.

**A Câmara Municipal delibera tomar conhecimento em cumprimento do preceituado no n.º 3 do art.º 65.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro da decisão tomada.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**2 - 12.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2013**

566 - Presente proposta da 12ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2013, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

**11ª Alteração ao Orçamento da Despesa para 2013**, no valor de 66.650,14 euros nos reforços e de 66.650,14 euros nas anulações;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 28/06/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 14

**9.ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos para 2013** no valor de 3.090,00 euros nos reforços e de 3.090,00 euros nas anulações;

**11.ª Alteração ao Plano de Atividades Municipais para 2013** no valor de 40.775,64 euros nos reforços e de 40.775,64 euros nas anulações;

Considerando que de acordo com o ponto 8.3.1. do POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, “ (...) o orçamento pode ser objecto de revisões e de alterações (...)”, sendo que: “ (...) As alterações podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações (...)”, mantendo-se o valor global do orçamento, a Câmara Municipal depois de analisar a proposta apresentada, **delibera aprovar a 12ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2013, nos termos da alínea d), do nº 2, do art. 64º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 3 abstenções dos Srs. Vereadores da CDU.**

### **3 - REQ. N.º 910/13 – PC N.º 357/06 – DUARTE GOMES E DUARTE, LDA.**

567 - Presente requerimento n.º 910/13, datado de 2013/06/18, constante do processo camarário n.º 357/06, subscrito por Duarte Gomes & Duarte, Lda., NIF n.º 506302113, com sede na Rua Vale das Noras, n.º 18, 1.º Esq., Lugar de Pilado, Freguesia de Marinha Grande, a solicitar o licenciamento de alterações da obra de “*Construção de moradia unifamiliar*”, a levar a efeito num prédio rústico sito na Rua Vale dos Noras, Lugar de Pilado, Freguesia de Marinha Grande, à qual foi atribuído o Alvará de Obras de Construção n.º 39/11, de 2011/05/23, com termo em 2013/03/22, aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara Municipal realizada em 2013/03/07.

Presentes projeto da especialidade, devidamente instruído com declaração de responsabilidade do seu autor, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 26/2012, de 30 de março e da Lei n.º 28/2012, de 2 de setembro.

Presente informação técnica dos serviços de 18/06/2013 que atesta estar o projeto da especialidade apresentado, apto a merecer aprovação.

**Após análise da pretensão, considerando o referido parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:**

**1. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.**

**Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:**



1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na redação do Decreto-Lei nº 26/2012, de 30 de março e da Lei nº 28/2012, de 2 de setembro – RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **4 - REQ. N.º 851/13 – PC N.º 271/11 – VITOR MANUEL CONCEIÇÃO GASPAR**

568 - Presente pedido de licenciamento em nome de VITOR MANUEL CONCEIÇÃO GASPAR, com NIF 119201577, residente na Rua Central nº 165, lugar da Garcia, referente à legalização de ampliação de oficina de reparação automóvel, localizada num prédio sito na Rua Central, nº 157, lugar da Garcia, freguesia de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o nº 7225 e inscrito na matriz predial urbana sob o nº 19035, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara Municipal realizada em 10/01/2013.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei nº 26/2010, de 30 de março e da Lei nº 28/2010, de 2 de setembro.

Presente informação técnica dos serviços de 17/06/2013 que atesta estarem os projetos das especialidades apresentados, aptos a merecer aprovação.

Após análise da pretensão, considerando o referido parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

**Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:**

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na redação do Decreto-Lei nº 26/2010, de 30 de março e da Lei nº 28/2010, de 2 de setembro – RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2. Nos termos do art. 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.
3. Nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.
4. Nos termos do disposto no n.º 3 do art. 3.º do Decreto-Lei n.º 259/2007, de 17/07, diploma que estabelece o regime a que está sujeita a instalação e modificação dos estabelecimentos de comércio ou de armazenagem de produtos alimentares, bem como dos estabelecimentos de comércio de produtos não alimentares e de prestação de serviços, antes da emissão da Autorização de Utilização, deverá remeter à Câmara Municipal, com cópia à Direção Geral das Atividades Económicas do Ministério da Economia e do Emprego, Declaração Prévia prevista no art. 4.º do mesmo diploma legal, elaborada e instruída de acordo com o modelo publicado em anexo à Portaria n.º 790/2007, de 23/07, na qual se responsabiliza que o estabelecimento cumpre todos os requisitos adequados ao exercício da atividade.
5. Deverá ser dado cumprimento do preceituado na legislação em vigor sobre o ruído.
6. Face à atividade em causa, a gestão dos resíduos ali produzidos será da responsabilidade do seu proprietário/explorador, pelo que deverá ter em conta o estabelecido no Regime Geral da Gestão de Resíduos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 178/2006, de 05/09, devendo encaminhar os resíduos para um operador licenciado para o efeito.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**5 - REQ. N.º 837/13 - PC N.º 352/08 – PLIMAT – PLÁSTICOS INDUSTRIAIS MATOS, S.A.**

569 - Presente pedido de licenciamento em nome de PLIMAT-PLASTICOS INDUSTRIAIS MATOS,SA, com NIF 500777446, com sede na Rua da Alemanha, Lote 35, Zona Industrial da Marinha Grande, referente à legalização de alterações de uma unidade industrial, localizada num prédio sito na Rua da Índia, 15, lugar de Ordem, freguesia de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.ºs 9199, 91200, 13090 e 15374 e inscrito na matriz predial urbana sob os artigos nº 13957, n.º 13956, n.º 16138 e n.º 6048, respetivamente, todos da Freguesia de Marinha Grande, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara Municipal realizada em 13/12/2012.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei nº 26/2012, de 30 de março e da Lei nº 28/2012, de 2 de setembro.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 28/06/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 14

Presente informação técnica dos serviços de 20/06/2013 que atesta estarem os projetos das especialidades apresentados, aptos a merecer aprovação.

**Após análise da pretensão, considerando o referido parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:**

**1. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.**

**Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:**

**1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na redação do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e da Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro – RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**

**2. Nos termos do art. 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.**

**3. Nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **6 - REQ. N.º 4906/11 - PC N.º 270/11 – OURILIZ – SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, LDA.**

570 - Após análise do processo, considerando os pareceres técnicos que recaíram sobre o mesmo, elaborou-se a seguinte proposta de deliberação:

Presente processo de licenciamento de operação de loteamento, em nome de OURILIZ – Sociedade de Construções, Lda, com o NIF 502018291, com sede na Av. D. Nuno Alvares Pereira, n.º 81 - CV, freguesia de Nossa Senhora da Piedade, concelho de Ourém, para a constituição de cinco lotes destinados à construção de edifícios de habitação coletiva com estacionamento e arrumos, no prédio sito na Rua de Diu, no lugar de Vergieiras, Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11779 e na matriz predial rústica sob o n.º 1465, da freguesia e concelho da Marinha Grande; Presente pareceres técnicos datados de 18 de março, 21 de março e 14 de junho, todos de 2013, que atestam não se encontrar o processo em condições de merecer aprovação;

**Apreciados os pareceres técnicos a Câmara Municipal deliberou:**

**Notificar o requerente, OURILIZ – Sociedade de Construções, Lda, com o NIF 502018291, com sede na Av. D. Nuno Alvares Pereira, n.º 81 - CV, freguesia de Nossa Senhora da Piedade, concelho de Ourém, em sede de audiência prévia, nos termos e para os efeitos**

do disposto nos artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), concedendo-lhe 15 dias, antes de ser tomada a decisão final, para que a mesma refira, por escrito, o que se lhe oferecer sobre a presente proposta de indeferimento, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, do seu pedido, referente a operação de loteamento com vista à constituição de cinco lotes para construção de edifícios habitacionais no prédio sito na Rua de Diu, no lugar de Vergieiras, Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11779 e na matriz predial rústica sob o n.º 1465, da freguesia de e concelho da Marinha Grande, por:

1- Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, por violar normas legais e regulamentares, nomeadamente:

a) Preconizar a constituição de lotes com acesso por um arruamento construído em terrenos privados, dado não se demonstrar a integração no domínio público municipal das parcelas de terreno utilizadas nas obras de urbanização constantes do processo camarário n.º 06/2004, com Alvará de Licença de Obras de Urbanização n.º 352/07, pertencentes a Joaquim Luís das Neves Vieira Pereira, Maria Salomé de Luz Lopes Neves Serrano, José Mateus Órfão, e Ouriliz – Sociedade de Construções, Lda;

b) A alínea b) do n.º 2 do n.º 7º da Portaria n.º 232/2008, de 11 de março, quanto ao enquadramento da pretensão no PDMMG, por o índice de construção bruto referenciado não considerar a área de construção de arrumos;

c) O artigo 43º do RJUE por, igualmente, não considerar as áreas de arrumos no dimensionamento das áreas para espaços verdes de utilização coletiva e equipamento de utilização coletiva.

d) Os parâmetros de dimensionamento previstos na Portaria n.º 216-B/2008, de 3 de março, com Declaração de Retificação n.º 24/2008, de 2 de maio, quanto às dimensões do perfil transversal do passeio com caldeira para árvores, assinalado na planta de síntese.

2- A Câmara Municipal deliberou informar a sociedade requerente que deverá:

2.1- Completar:

a) O ponto 8.14 da memória descritiva/regulamento do loteamento com a menção da área de impermeabilização correspondente a cada lote, a qual deverá constar do quadro síntese do loteamento.

b) O levantamento topográfico com as dimensões do prédio, com cotas planimétricas;

c) A Planta de síntese:

- Com a indicação da distância entre o polígono de implantação e o limite frontal dos lotes;

- A delimitação do lote 5 deve ter a representação gráfica utilizada nos restantes lotes e na legenda técnica;

- Com a indicação das dimensões das infraestruturas viárias - perfil transversal dos arruamentos, estacionamentos existentes a norte e a sul do lote 5 e lote 1, respetivamente, por forma a demonstrar a adequação daquelas infraestruturas aos parâmetros de dimensionamento constantes da Portaria n.º 216-B/2008, de 03 de março e Declaração de retificação n.º 24/2008, de 02 de maio;

- Com a representação da projeção das varandas e terraços balanceados, para além dos limites do polígono de implantação, nos termos descritos no ponto 8.7 da memória descritiva.

**2.2- Esclarecer:**

a) A previsão de variação da cota de soleira constante na planta de síntese e no ponto 8.6 da memória descritiva, comparativamente com o desenho n.º 7 e a definição de piso “cave” constante da alínea i) do n.º 1 do artigo 3º do RMEUMMG, na sua redação atual (DR II série, de 30 de maio de 2013);

b) O conteúdo do ponto 8.17 da memória descritiva atendendo estar em presença de operação de loteamento.

**2.3- Assegurar:**

A reformulação do projeto de modo a reduzir o número de pisos propostos de quatro para três pisos.

3- Finalmente delibera informar que os elementos entregues e que constituem o projeto de loteamento para divisão em cinco lotes, não se encontra de acordo com as obras de urbanização já executadas e estas, por sua vez, não garantiram a execução do local previsto para instalação do ecoponto. A solução implementada não permite que o mesmo seja instalado sem que haja a eliminação de gares de estacionamento, caso se pretenda respeitar a zona proposta.

Face a estes constrangimentos, e pelo facto de existir um contentor de recolha seletiva de vidro no início da Travessa de Diu, a instalação dos restantes contentores de recolha seletiva poderá efetuar-se naquele local, de forma a evitar a supressão de gares de estacionamento em dois locais, com finalidades semelhantes.

Para servir o loteamento será, no entanto, necessário prever a instalação de contentores para recolha de resíduos sólidos urbanos – RSU - devendo ser garantida a execução de base destinada a esse efeito, capaz de albergar dois contentores, no espaço verde consagrado no loteamento, ajustando igualmente a solução implementada para aquele espaço, em função desta nova funcionalidade.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**7 - REQ. N.º 667/13 - PC N.º 336/12 – JOSÉ AUGUSTO PIEDADE CARREIRA**

571 - Presente processo de licenciamento, em nome de José Augusto Piedade Carreira, contribuinte fiscal n.º 111377420, residente em Rua dos Outeirinhos, n.º 18, em Marinha

Grande, para o licenciamento (legalização) de ampliações e alterações à moradia sita na Rua dos Outeirinhos, n.º 18, erigida no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3130 e na matriz predial urbana sob o artigo n.º 539, da freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica datada de 2013/06/18 que atesta não se encontrar o processo em condições de merecer aprovação;

**Apreciado o parecer técnico a Câmara Municipal deliberou:**

Notificar o requerente, José Augusto Piedade Carreira, contribuinte fiscal n.º 111377420, residente em rua dos Outeirinhos, n.º 18, em Marinha Grande, em sede de audiência prévia, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), concedendo-lhe 15 dias, antes de ser tomada a decisão final, para que este refira o que se lhe oferecer sobre a proposta de indeferimento do seu processo, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, do seu pedido para o licenciamento (legalização) de ampliações e alterações à moradia sita na rua dos Outeirinhos, n.º 18, em Marinha Grande, erigida no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3130 e na matriz predial urbana sob o n.º 539, da freguesia e concelho da Marinha Grande, violar normas legais e regulamentares aplicáveis, por:

a) A memória descritiva e justificativa do projeto não demonstrar o enquadramento da pretensão no PMOT em vigor, conforme alínea b) do n.º 4 do n.º 11.º da Portaria n.º 232/2008, de 11 de março, e, conforme já comunicado através do ofício n.º 1092/12 de 2012/12/10 (saneamento liminar);

b) Violar a alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande – RMEUMMG – com a redação atual (DR II série, de 30 de março de 2013) porque contraria a definição de anexo, nela contida que refere que é um *“edifício destinado a uso complementar e dependente do edifício principal”*; c) A ampliação proposta para a habitação (cozinha) não observar o artigo 73.º do RGEU, que se transcreve:

*“Artigo 73.º - As janelas dos compartimentos das habitações deverão ser sempre dispostas de forma que o seu afastamento de qualquer muro ou fachada fronteiros, medido perpendicularmente ao plano da janela e atendendo ao disposto no artigo 75.º, não seja inferior a metade da altura desse muro ou fachada acima do nível do pavimento do compartimento, com o mínimo de 3 metros. Além disso não deverá haver a um e outro lado do eixo vertical da janela qualquer obstáculo à iluminação a distância inferior a 2 metros, devendo garantir-se, em toda esta largura, o afastamento mínimo de 3 metros acima fixado.”*

A Câmara Municipal deliberou, ainda, informar o requerente que:

**1- Deverá esclarecer:**

- a) A referencia à serventia constante da planta de implantação, sendo que a serventia ali indicada não consta na certidão da Conservatória do Registo Predial;
- b) As diferentes configurações do terreno e das construções, constantes do presente processo, comparativamente aos anteriores processos;
- c) O objetivo pelo qual é descrito e representado um anexo com pé-direito-livre de 2.60 m, quando o processo camarário n.º 308/2002, com alvará de licença n.º 114/2003, pelo qual foi licenciada a construção, refere um anexo com 2,30m de pé-direito-livre.

**2- O prédio delimitado na planta de localização à escala 1:2000 situa-se no aglomerado urbano da marinha Grande – Área Central, que, nos termos do n.º 8 do artigo 5º do PDMMG, prevê os seguintes indicadores urbanísticos para o local:**

**Densidade habitacional – 60 f/ha**

**Índice de construção bruto – 1**

**Cércea máxima – 7 pisos**

**Estacionamento – 1 lugar/1 fogo de habitação**

**- 1 lugar/50 m² de área coberta para comércio e serviços de 200 m² a 1000 m²**

**- 1 lugar/100 m² de área coberta para comércio e serviços de 1000 m² a 2500 m²**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**8 - PROCESSO N.º 254/10 – TIMOTHY ALEXANDER TACCHI - APRECIACÃO DE ALEGAÇÕES APRESENTADAS EM SEDE DE AUDIÊNCIA PRÉVIA - DELIBERAÇÃO FINAL**

572 - Presente processo de licenciamento n.º 254/10, respeitante à obra de alteração de moradia unifamiliar existente, localizada num prédio sito na rua D. Fernando I, Lugar de S. Pedro de Moel, freguesia da Marinha Grande, em nome de Timothy Alexander Tacchi, com o NIF 232527164, residente na Avenida José Gregório, n.º 208, 2.º, Engenho, freguesia da Marinha Grande.

Presente deliberação de 02/05/2013, em que a Câmara Municipal manifesta a intenção de declarar a caducidade da licença concedida em reunião de 16/02/2012, por não ter sido requerido o respetivo alvará de licença de construção.

Presentes alegações do requerente com registo de entrada n.º 819/13, de 30/05/2013, proferidas em sede de audiência prévia.

**A Câmara Municipal apreciou as alegações formuladas pelo titular do processo e,**

**- Considerando que, em reunião de 02/05/2013, constatou que na sequência do licenciamento de obras de alteração de uma moradia existente, localizada na rua D. Fernando I, lugar de S. Pedro de Moel, freguesia da Marinha Grande, em nome de Timothy Alexander Tacchi, com o NIF 232527164, residente na Avenida José Gregório,**

n.º 208, 2.º, Engenho, freguesia da Marinha Grande, o requerente não solicitou o respetivo alvará no prazo de um ano, como determina o n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 02 de dezembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação – RJUE;

- Considerando que por esse motivo, na mesma reunião, entendeu, tal como previsto no n.º 2 do artigo 71.º do RJUE, estarem reunidas as condições para ser declarada a caducidade da licença em apreço;
- Considerando que na sequência da notificação da intenção da declaração da caducidade dessa licença, através do ofício com o registo n.º 501/13, de 22/05/2013, o interessado veio pronunciar-se em sede de audiência prévia;
- Considerando os motivos invocados pelo interessado, nomeadamente o facto de a moradia se localizar em S. Pedro de Moel, local de grande atração turística, e se encontrar degradada e vandalizada, procurando o requerente “reverter” essa situação através do licenciamento da obra em causa;
- Considerando que é notória a deterioração referida e que a mesma contribui para a degradação da imagem do local;
- Considerando que a localidade de S. Pedro de Moel é uma referência, no panorama nacional, em termos de organização urbanística e de preservação do património edificado e paisagístico;
- Considerando que o Município da Marinha Grande tem sabido preservar esses valores;
- Considerando que a concretização da operação urbanística em causa contribuirá para tal finalidade;

Delibera considerar os factos invocados, em sede de audiência prévia, pelo interessado Timothy Alexander Tacchi, residente na Avenida José Gregório, n.º 208, 2.º, Engenho, freguesia da Marinha Grande, titular do processo n.º 254/2010, respeitantes à obra de alteração de moradia unifamiliar existente, localizada num prédio sito na rua D. Fernando I, lugar de S. Pedro de Moel, freguesia da Marinha Grande, nomeadamente por o licenciamento da construção em causa permitir salvaguardar os valores e princípios que têm pautado a atuação do Município naquele aglomerado urbano, como impeditivos da caducidade da licença concedida em 16/02/2012, devendo o procedimento seguir os seus trâmites legais.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - PROCESSO N.º 84/09 - PÃO COM COISAS, RESTAURAÇÃO, LDA – APRECIÇÃO DE ALEGAÇÕES APRESENTADAS EM SEDE DE AUDIÊNCIA PRÉVIA - DELIBERAÇÃO FINAL



573 - Presente processo de licenciamento de obras de alteração de uma fração (loja 35), do edifício Cristal Atrium, sito na Rua das Portas Verdes, Marinha Grande, em nome de Pão com Coisas, Restauração, Lda, NIPC 506625400, com sede na Rua do Montepio, n.º 21, 2.º esquerdo, Marinha Grande, para instalação de um estabelecimento de restauração e bebidas.

Presente deliberação de 07/03/2013, em que a Câmara Municipal manifesta a intenção de declarar a caducidade da licença por ela concedida em reunião de 15/04/2010, por não ter sido requerido o respetivo alvará de licença de construção.

Presentes alegações da requerente, com o registo de entrada n.º 870/13, de 07/06/2013, proferidas em sede de audiência prévia.

**A Câmara Municipal apreciou as alegações formuladas pela titular do processo e,**

- Considerando que, em reunião de 07/03/2013, constatou que na sequência do licenciamento de obras de alteração de uma fração (loja 35), do edifício Cristal Atrium, sito na Rua das Portas Verdes, Marinha Grande, em nome de Pão com Coisas – Restauração, Lda, NIPC 506625400, com sede na Rua do Montepio, n.º 21, 2.º esquerdo, Marinha Grande, a sociedade requerente não solicitou o respetivo alvará no prazo de um ano, como determina o n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 02 de dezembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação – RJUE;

- Considerando que por esse motivo, na mesma reunião, entendeu, tal como previsto no n.º 2 do artigo 71.º do RJUE, estarem reunidas as condições para ser declarada a caducidade da licença em apreço;

- Considerando que na sequência da notificação da intenção de declaração da caducidade dessa licença, através do ofício com o registo n.º 870/13, de 13/03/2013, a interessada veio pronunciar-se em sede de audiência prévia;

- Considerando os motivos invocados pela interessada, nomeadamente que o licenciamento da dita operação urbanística se revela necessário para que o estabelecimento em causa prossiga a sua atividade dentro da lei;

- Considerando que é essencial que o estabelecimento em causa se mantenha em funcionamento, não só para garantir os postos de trabalho existentes, como alega a interessada, como também para contribuir para a revitalização do comércio local, numa época de grave crise económica;

Delibera considerar os factos invocados em sede de audiência prévia, por Pão com Coisas, Restauração, Lda, com sede na Rua do Montepio, n.º 21, 2.º esquerdo, Marinha Grande, titular do processo n.º 84/09, respeitante a obras para instalação de um estabelecimento de restauração e bebidas, na Rua das Portas Verdes, Edifício Cristal Atrium, n.º 2, loja 35.º, Marinha Grande, nomeadamente por o estabelecimento em causa contribuir para o desenvolvimento do comércio local, como impeditivos da caducidade

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 28/06/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 14

da licença concedida em 15/04/2010, devendo o procedimento seguir os seus trâmites legais.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**10 - PROCESSO N.º 199/10 – VÍTOR RODRIGUES SILVA, MARIA DA CONCEIÇÃO BARREIROS VELES E JOSÉ AMÂNDIO SIMÕES RODRIGUES TORRÃO - APRECIACÃO DE ALEGAÇÕES APRESENTADAS EM SEDE DE AUDIÊNCIA PRÉVIA - DELIBERAÇÃO FINAL**

574 - Presente processo de licenciamento de obras de alteração de uma fração autónoma destinada à instalação de estabelecimento de restauração e bebidas e construção de muro de vedação, sitos na Rua Quinta do Warnhargem, Brejo de Água, Freguesia da Moita, concelho da Marinha Grande, com o n.º 199/10, em nome de Vítor Rodrigues da Silva, com o NIF 110283058 e Maria da Conceição Barreiros Velez, com o NIF 119866684, ambos residentes na Rua do Corgo Norte, n.º 28, Comeira, concelho da Marinha Grande e José Amândio Simões Rodrigues Torrão, com o NIF 153877260, residente na Rua Maria Pia, n.º 34 rés/chão, Freguesia de Prazeres, concelho de Lisboa.

Presente deliberação de 07/03/2013, em que a Câmara Municipal manifesta a intenção de declarar a caducidade da licença por ela concedida em reunião de 27/10/2011, por não ter sido requerido o respetivo alvará de licença de construção.

Presentes alegações dos requerentes, com o registo de entrada n.º 484, de 01/04/2013, proferidas em sede de audiência prévia.

**A Câmara Municipal apreciou as alegações formuladas pelos titulares do processo e,**

- Considerando que, em reunião de 07/03/2013, constatou que na sequência do licenciamento da alteração e ampliação do edifício destinado a instalação de estabelecimento de restauração e bebidas e construção de muro de vedação, a que foi atribuído o número de processo n.º 199/10, os requerentes Vítor Rodrigues Silva, Maria da Conceição Barreiros Velez José e Amândio Simões Rodrigues Torrão, não solicitaram o respetivo alvará no prazo de um ano, como determina o n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 02 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE;

- Considerando que por esse motivo, na mesma reunião, entendeu, tal como previsto no n.º 2 do artigo 71.º do RJUE, estarem reunidas as condições para ser declarada a caducidade da licença em apreço;

- Considerando que na sequência da notificação da intenção de declaração da caducidade dessa licença, através do ofício com registo n.º 238/13 de 08/03/2013, os interessados vieram, dentro do prazo, pronunciar-se em sede de audiência prévia;

- Considerando que os interessados referem, nas suas alegações apresentadas a 01/04/2013, que a sua inação se deveu ao facto de terem confiado que o arquiteto, responsável pela execução do projeto, tratasse de toda a documentação necessária para o licenciamento das obras em causa, nomeadamente do pedido para emissão do respetivo alvará;
- Considerando que o técnico em causa emigrou sem lhes dar nota que não tinha sido requerido o alvará de licença de construção e que, por esse motivo, só depois de notificados é que tomaram consciência dessa circunstância;
- Considerando que os interessados alegam, ainda, que já efetuaram despesas avultadas com este projeto de investimento;
- Considerando que o armazém que agora se pretende recuperar e transformar num estabelecimento de restauração e bebidas, destinado a eventos sociais, dignifica e valoriza o local da intervenção e o aglomerado urbano em que se insere;
- Considerando que o projeto assume particular importância no atual contexto de crise por contribuir para o desenvolvimento económico do concelho;

Delibera considerar os factos invocados em sede de audiência prévia, por Vítor Rodrigues da Silva e Maria da Conceição Barreiros Velez, ambos residentes na Rua do Corgo Norte, n.º 28, Comeira, concelho da Marinha Grande e José Amândio Simões Rodrigues Torrão, com residência na Rua Maria Pia, n.º 34 rés/chão, Freguesia de Prazeres, concelho de Lisboa, titulares do processo de licenciamento da alteração e ampliação de edifício destinado a instalação de estabelecimento de restauração e bebidas e construção de muro de vedação, sitos na rua Quinta do Warnhargem, Brejo de Água, Freguesia da Moita, concelho da Marinha Grande (processo n.º 199/10), nomeadamente por as obras contribuírem para a valorização urbanística e económica do concelho, valores assumidamente de interesse público, como impeditivos da caducidade da licença concedida em reunião camarária de 27/10/2011, devendo o procedimento seguir os seus trâmites legais.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**11 - PROCESSO N.º 05/09 – ARLINDO ALBERTO PAIS OLIVEIRA - APRECIÇÃO DE ALEGAÇÕES APRESENTADAS EM SEDE DE AUDIÊNCIA PRÉVIA - DELIBERAÇÃO FINAL**

575 - Presente processo de licenciamento, com o n.º 05/09, em nome de Arlindo Alberto Pais Oliveira, com o NIF 111377994, residente na Rua Natália Correia, n.º 8, r/chão – Gaeiras, Marinha Grande, relativo à ampliação de uma edificação existente (construção de um alpendre);

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 28/06/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 14

Presente cópia do ofício n.º 331/13, de 05/04/2013, a informar o requerente da intenção de declarar a caducidade da licença concedida por deliberação camarária de 15/07/2010;

Presentes alegações do interessado com registo de entrada n.º 665/2013, de 03/05/2013.

A Câmara Municipal apreciou as alegações formuladas pelo interessado e,

- Considerando que em 15/07/2010 foi concedida licença a Arlindo Alberto Pais Oliveira, com o NIF 111377994, residente na Rua Natália Correia, n.º 8, r/chão – Gaeiras, Marinha Grande, para proceder à ampliação de uma edificação existente (construção de um alpendre).

- Considerando que pelo facto de não ter vindo solicitar o alvará de licença de construção no prazo previsto nos n.º 1 e 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro alterada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de Setembro, o requerente foi notificado em 10/04/2013, para se pronunciar sobre a intenção de declaração de caducidade;

- Considerando que depois de notificado, o interessado, veio em sede de audiência prévia, alegar que foram motivos de ordem económica que o impediram de requerer o alvará de licença de construção;

- Considerando que a crise económica, que tem vindo a assolar o nosso país nestes últimos anos, tem levado ao adiamento, por parte de particulares e agentes económicos, da assunção de compromissos que impliquem custos;

- Considerando que esta é uma realidade a que todos devemos estar sensíveis e, por conseguinte, obriga à tomada de decisões, por parte da Administração, que não agravem a difícil condição em que se encontra a maioria da população;

**Delibera considerar os factos invocados em sede de audiência prévia pelo titular do processo de licenciamento de construção n.º 05/09, nomeadamente as dificuldades económicas, como impeditivos da caducidade da licença concedida em reunião camarária de 15/07/2010 a Arlindo Alberto Pais Oliveira, com o NIF 111377994, residente na Rua Natália Correia, n.º 8, r/chão – Gaeiras, Marinha Grande, para ampliação de uma edificação existente (construção de um alpendre), devendo o procedimento seguir os seus trâmites legais.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**12 - PROCESSO N.º 100/09 – AUGUSTO TOMÉ PENELA - APRECIACÃO DE ALEGAÇÕES APRESENTADAS EM SEDE DE AUDIÊNCIA PRÉVIA - DELIBERAÇÃO FINAL**

576 - Presente processo de licenciamento n.º 100/09, respeitante à alteração de uma construção anteriormente destinada a laboratório de análises clínicas e alteração do seu uso para um hotel com 2 estrelas, na rua L, Talhões – Vieira de Leiria, em nome de Augusto Tomé Penela, com o NIF 126716412, residente na rua Eng. Lopes Serra n.º 10, Praia da Vieira, Marinha Grande.

Presente deliberação de 21/03/2013, em que a Câmara Municipal manifesta a intenção de declarar a caducidade da licença concedida em reunião de 24/02/2011, por não ter sido requerido o respetivo alvará de licença de construção.

Presentes alegações do requerente, com o registo de entrada n.º 573/13 de 19/04/2013, proferidas em sede de audiência prévia.

**A Câmara Municipal apreciou as alegações formuladas pelo titular do processo e,**

- Considerando que, em 21/03/2013, constatou que na sequência do licenciamento da obra de alteração de edifício para instalação de um estabelecimento hoteleiro de 2 estrelas, a que foi atribuído o número de processo 100/09, na rua L, Talhões da Vieira, Vieira de Leiria, Marinha Grande, o requerente Augusto Tomé Penela, não solicitou o respetivo alvará no prazo de um ano, como determina o n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 02 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação – RJUE;

- Considerando que por esse motivo, na mesma reunião, entendeu, tal como previsto no n.º 2 do artigo 71.º do RJUE, estarem reunidas as condições para ser declarada caducidade da licença em apreço;

- Considerando que na sequência da notificação da intenção de declaração da caducidade dessa licença, através do ofício com registo n.º 291/13, de 22/03/2013, o interessado veio, dentro do prazo, pronunciar-se em sede de audiência prévia;

- Considerando que o interessado refere, nas suas alegações apresentadas a 19/04/2013, que a sua inação se deveu ao facto de não ter os apoios necessários para levar por diante o projeto em virtude de o país estar a atravessar uma difícil situação financeira e económica;

- Considerando que essa conjuntura de crise se repercute na vida dos particulares;

- Considerando que o edifício que o requerente pretende alterar, se encontra parcialmente construído, e que de acordo com as alegações do interessado, esta obra inacabada, com o decurso do tempo, vai-se degradando;

- Considerando que essa degradação contribui para uma imagem negativa do local e, consequentemente, da qualidade de vida do aglomerado urbano em que se insere;

- Considerando que o projeto em causa poderá contribuir para a criação de emprego, fator de suma importância para o desenvolvimento económico do concelho;

**Delibera considerar os factos invocados em sede de audiência prévia, por Augusto Tomé Penela, com o NIF 126716412, residente na rua Eng. Lopes Serra n.º 10, Praia da Vieira, Marinha Grande, titular do processo de licenciamento n.º 100/99, respeitante a obras de**

**alteração de um edifício para instalação de um estabelecimento hoteleiro de 2 estrelas, sito na rua L, Talhões da Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho da Marinha Grande, nomeadamente por as obras contribuírem para a valorização urbanística e económica do concelho, valores assumidamente de interesse público, como impeditivos da caducidade da licença para realização da referida operação urbanística, concedida em reunião camarária de 24/02/2011, devendo o procedimento seguir os seus trâmites legais.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**13 - REQ. N.º 416/13 – PC N.º 50/11 – CLARA JESUS GOMES**

577 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 416/13 de 19/03/2013, apresentado por Clara Jesus Gomes, com o NIF 186262779, residente em Rua Quinta da Lagoinha, s/n, lugar de Comeira, Freguesia de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 50/11, e titulada pelo alvará de licença de legalização n.º 86/12, emitido em 02/11/2012.

Presente parecer técnico datado 11/06/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua Quinta da Lagoinha, lugar de Comeira, Freguesia de Marinha Grande, propriedade de Clara Jesus Gomes, residente em Rua Quinta da Lagoinha, S/N, lugar de Comeira, Freguesia de Marinha Grande, com a seguinte composição:**

- 1) Membros efetivos**  
Engenheiro Jorge Junqueira  
Arquiteto Ricardo Santos  
Fiscal Tome Braz
- 2) Membros suplentes**  
Engenheiro Rui Vicente  
Arquiteta Isabel Roque  
Fiscal Carlos Duarte

**Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
28/06/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 14

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho.**

**14 - REQ. N.º 698/13 – PC N.º 353/11 – MANUEL CARLOS NUNES ASSUNÇÃO**

578 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 698/13 de 08/05/2013, apresentado por Manuel Carlos Nunes da Assunção, com o NIF 193930617, residente em Rua Teresa Ferreira, n.º 6, lugar de Talhões, Freguesia de Vieira de Leiria, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 353/11, e titulada pelo comprovativo de admissão de comunicação de prévia de obra de legalização/obra de edificação emitido em 20/10/2011.

Presente parecer técnico datado 19/06/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua Franklin Vieira Dias/Rua Santo António de Platina, lugar de Talhões, Freguesia de Vieira de Leiria, propriedade de Manuel Carlos Nunes da Assunção, residente em Rua Teresa Ferreira, n.º 6, lugar de Talhões, Freguesia de Vieira de Leiria, com a seguinte composição:**

- 1) Membros efetivos**  
Engenheiro Jorge Junqueira  
Arquiteto Ricardo Santos  
Fiscal Tome Bráz
- 2) Membros suplentes**  
Engenheiro Rui Vicente  
Arquiteta Isabel Roque  
Fiscal Carlos Duarte

**Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho.**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
28/06/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 14

**15 - REQ. N.º 940/13 – PC N.º 31/13 – BANCO ESPIRITO SANTO, S.A.**

579 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 144/13 de 29-01-2013, de Banco Espírito Santo., S.A., com o NIF 500852367, com sede em Avenida da Liberdade, n.º 195, Lisboa, a solicitar a realização de nova vistoria com vista à concessão da autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 349, de 1993, em virtude de terem sido detetadas anomalias em vistoria anterior, realizada em 13/03/2013.

Presente parecer técnico datado 21/06/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, nos termos do previsto no n.º 5 do artigo 65.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria à fração “B” do edifício sito em Rua das Andorinhas, n.º 72, Freguesia de Marinha Grande, propriedade de Banco Espírito Santo, S.A., com sede em Avenida da Liberdade, n.º 195, Lisboa, com a seguinte composição:**

- 1) Membros efetivos**  
Engenheiro Jorge Junqueira  
Arquiteto Ricardo Santos  
Fiscal Tome Braz
- 2) Membros suplentes**  
Engenheiro Rui Vicente  
Arquiteta Isabel Roque  
Fiscal Carlos Duarte

**Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho.**

**16 - REQ. N.º 671/13 – PC N.º 98/06 – GONÇALO JOSÉ RIBEIRO SILVA GOMES**



580 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 671/13 de 06/05/2013, apresentado por Gonçalo José Ribeiro Silva Gomes, com o NIF 166360481, residente em Rua de Leiria, n.º 166, lugar de Embra, Concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 98/06, e objeto de emissão de alvará de licença de legalização n.º 47/12, emitido em 11/07/2012.

Presente parecer técnico datado 21/06/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, nos termos do previsto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Bairro José Gomes, n.º 36, lugar de Lameira da Embra, Freguesia de Marinha Grande, propriedade de Gonçalo José Ribeiro Silva Gomes, com a seguinte composição:**

- 1) Membros efetivos**  
Engenheiro Jorge Junqueira  
Arquiteto Ricardo Santos  
Fiscal Tome Braz
- 2) Membros suplentes**  
Engenheiro Rui Vicente  
Arquiteta Isabel Roque  
Fiscal Carlos Duarte

**Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho.**

**17 - REQ. N.º 296/13 – PC N.º 88/10 – JOAQUIM ALVES CRUZ, LDA.**

581 - Presente pedido de licenciamento em nome de JOAQUIM ALVES CRUZ, LDA, com NIF 501932917, com sede na Rua Guilherme Pereira Roldão, nº 27, Salgueiro, Marinha Grande, referente à alteração da construção de moradia, localizada num prédio sito na Rua da Beira Baixa, lugar de Trutas, freguesia de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o nº 12127 e inscrito na matriz predial urbana sob o nº 1388, dispondo de projecto de arquitetura aprovado por deliberação tomada em reunião de

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 28/06/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 14

Câmara Municipal realizada em 24/05/2012, com alvará de licença de construção nº 41/11 válido até 17/05/2013.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei nº 26/2010, de 30 de março e da Lei nº 28/2010, de 2 de setembro.

Presente informação técnica dos serviços de 20/06/2013 que atesta estarem os projetos das especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação.

**Após análise da pretensão, considerando o referido parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:**

**1. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.**

**Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:**

**1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **18 - REQ. N.º 485/13 – PC N.º 349/12 – CESÁRIO FELÍCIO DA SILVA**

582 - Presente processo de licenciamento, em nome de Cesário Felício da Silva, com o NIF 166362980, residente em rua da Fonte Santa, n.º 36, para a demolição de moradia, ampliação e legalização e construção existente destinada a habitação - moradia, sita na rua da Fonte Santa, n.º 30, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2891 e na matriz predial urbana sob o n.º 7001, da freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presentes informações técnicas datadas de 20 e 27 de maio, ambas de 2013, que atestam não se encontrar o processo em condições de merecer aprovação.

**A Câmara Municipal deliberou:**

**Notificar o requerente, Cesário Felício da Silva, com o NIF 166362980, residente em rua da Fonte Santa, n.º 36, em sede de audiência prévia, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), concedendo-lhe 15 dias, antes de ser tomada a decisão final, para que este refira, por escrito, o que se lhe oferecer sobre a proposta de indeferimento, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, do seu processo, referente a demolição de moradia, ampliação e legalização e**

construção existente destinada a habitação – moradia, em rua da Fonte Santa n.º 30, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2891 e na matriz predial urbana sob o n.º 7001, da freguesia e concelho da Marinha Grande, por:

- Violar normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente o artigo 28º do Regulamento do PDMMG, por prever construção de muros a menos de 10 m da margem da Ribeira do Rio Tinto

- Não observar normas instrutórias aplicáveis ao procedimento requerido, nomeadamente:

- a) O pedido de licenciamento de obras de demolição não assegura, com as necessárias adaptações, os elementos descritos no n.º 13º da Portaria 232/2008, de 11/03.

- b) O pedido de licenciamento de obras de construção, cuja instrução se rege pelo n.º 11º da Portaria n.º 232/2008, de 11/03, deve completado com:

- ba) Calendarização da execução das obras constantes das operações urbanísticas a realizar;

- bb) Ficha Estatística devidamente preenchida;

- bc) Termos de responsabilidade subscritos pelos autores dos projetos e coordenador de projetos quanto, respetivamente, ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis e que ateste a compatibilidade entre os mesmos, de acordo com os modelos publicados e n.º 1 do Art.º 10 do RJUE;

- bd) Estimativa do custo total da obra, incluindo valores referentes a demolições e arranjos exteriores, quando existam, assente na descrição, áreas e valores de referência constantes no Quadro XIX do RMEUMMG – Regulamento n.º 449/2010, de 17/05, com valor atualizado pela publicação da Portaria n.º 291/2011, de 04/11;

- be) Plano de acessibilidade que observe normas legais e adequação no seu conteúdo;

- bf) Planta de Implantação à escala de 1:200 ou superior, com indicação das dimensões do terreno, com a implantação do edifício projetado, incluindo corpos balanceados, cotados em relação às extremas, e localização da recolha de águas residuais na planta de implantação;

- bg) Cortes longitudinais e transversais à escala 1:50 ou 1:100 abrangendo o terreno, com indicação do perfil existente e o proposto, bem como das cotas dos diversos pisos.

Recomenda-se ainda:

- Demonstrar o afastamento do edifício e beirado da cobertura ao limite do prédio;
- Adequação entre planta de sobreposição e planta final;
- A verificação do conteúdo do desenho n.º 13 – Cortes.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
28/06/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 14

Quanto aos projetos das especialidades, deve completar a instrução do pedido, com a apresentação dos elementos comunicados pelo ofício n.º 549/13, de 03/06/2013, no prazo nele indicado, que se transcrevem:

- a) Apresentação de peças desenhadas retificativas do projeto da rede de esgotos, que considerem a implantação da caixa de início de ramal em espaço público;
- b) Apresentação de projeto de comportamento térmico, verificado por um perito qualificado, com a respetiva declaração de conformidade regulamentar;
- c) Apresentação de projeto rede de gás, visado por entidade licenciadora competente.”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A reunião foi interrompida nesta altura, para um pequeno intervalo, que decorreu das 11:45 horas às 12:10 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**19 - AUTORIZAÇÃO DE TRANSMISSÃO DE LOTE 4 – ZONA INDUSTRIAL DE VIEIRA DE LEIRIA – REQUERENTE: JOSÉ LOURENÇO DE SOUSA – ADQUIRENTE: MOLDATA-PROJETO E PROGRAMAÇÃO DE MOLDES, LDª. – DEFERIMENTO.**

583 - Presente requerimento de José Lourenço de Sousa, titular do NIF 153911395, residente na Rua Principal, n.º 165, Serra do Porto de Urso, freguesia de Monte Real, concelho de Leiria, na qualidade de proprietário do Lote 4 da Zona Industrial de Vieira de Leiria, no qual foi licenciada a construção de uma unidade industrial solicitando à Câmara Municipal a concessão de autorização para alienar esse mesmo lote à sociedade Moldata-Projeto e Programação de Moldes, Ldª., titular do NIPC 504263137, com sede na Rua Dâmaso Luis dos Santos, Lote 15, da mesma Zona Industrial de Vieira de Leiria.

O requerente alega que a sociedade adquirente está num processo de expansão e pretende adquirir o lote para nele instalar a sua actividade, o que se traduzirá no aumento de vários postos de trabalho.

Presente carta da Moldata-Projeto e Programação de Moldes, Ldª., recebida em 12-06-2013, confirmando o seu interesse na aquisição do lote 4 e confirmando a estratégia de expansão da empresa com a futura instalação no lote a adquirir, de uma unidade industrial de metalomecânica – produção de moldes, com a criação de 17 novos postos de trabalho.

**A Câmara Municipal apreciou o pedido e considerando que:**

- a) No art.º 8.º do Regulamento do Plano de Pormenor da Área Industrial de Vieira de Leiria dispõe-se que “...*só serão permitidos negócios de transmissão de propriedades de lotes e benfeitorias neles existentes desde que devidamente autorizados, caso a caso, pela Câmara Municipal da Marinha Grande.*”;
- b) A empresa adquirente, Moldata, Lda., irá manter a afectação do lote à actividade industrial, em concreto de produção de moldes-metalomecânica, cumprindo dessa forma as finalidades previstas no citado Regulamento;
- c) A manutenção e a criação de postos de trabalho naquela freguesia em particular, e no concelho em geral é, reconhecidamente, premente e economicamente desejável para o desenvolvimento sustentável do concelho, no seu todo;
- d) O requerente cumpriu as prescrições do referido Regulamento e da escritura celebrada em 19-01-1999, pois construiu no lote uma unidade industrial licenciada pela Câmara Municipal e titulada pelo alvará de autorização de utilização n.º 294/04, emitido em 25-10-2004 – Proc.º de Licenciamento n.º 292/99;
- e) Não obstante o requerente ter construído uma unidade industrial no lote, tem as instalações encerradas há já algum tempo e sem vestígios de utilização, o que é revelador da sua incapacidade económica para manutenção de uma actividade industrial no local,

delibera, nos termos do previsto no art.º 8.º do Regulamento do Plano de Pormenor da Área Industrial de Vieira de Leiria, autorizar o requerente a vender aquele lote 4 e as benfeitorias nele existentes, à sociedade Moldata-Projeto e Programação de Moldes, Lda., na condição de se manter a afectação do mesmo à actividade industrial.

Mais determina que o requerente deve entregar de cópia da escritura de venda, para efeitos de actualização dos registos municipais relativos à Área Industrial de Vieira de Leiria.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

20 - EDIFÍCIO INDUSTRIAL DEGRADADO – RUA CATARINA EUFÉMIA, N.º 38, AMIEIRINHA – QUEDA DE ELEMENTOS CONSTRUTIVOS PARA A VIA PÚBLICA - PROTEÇÃO DA SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – PROPRIETÁRIOS: HERANÇA DE HERLANDER JOÃO DE ALMEIDA MASCARENHAS E DE EDUARDO JOÃO DINIS MASCARENHAS E ANA CRISTINA DINIS MASCARENHAS - FALTA DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO – AUTO DE VISTORIA – TRABALHOS URGENTES A REALIZAR.

584 - Por deliberação desta Câmara Municipal tomada em reunião de 07-03-2013, foi determinada a realização de vistoria urgente às condições de segurança e salubridade das edificações industriais sitas na Rua Catarina Eufémia, n.º 38, Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, tendo em vista determinar os riscos e as perigosidades para a segurança de pessoas e bens e para a via pública, identificar as adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devem ser implementadas, estabelecendo, se for o caso, a respectiva ordem de prioridades.

Notificados os proprietários em 22-03-2012, foram as cartas devolvidas pelos CTT com as indicações de “objecto não reclamado” após aviso deixado na morada dos destinatários, pelo que estes nada fizeram para proceder ao levantamento das notificações nos correios.

Na sequência da realização da vistoria em 09-04-2013, foi-nos presente o Auto de Vistoria respetivo, datado de 11-06-2013, que aqui se dá para todos os efeitos legais como integralmente reproduzido e que fica anexo à ata (**Anexo 1**), do qual se transcrevem as respetivas conclusões:

“Verifica-se assim, que o conjunto edificado vistoriado se encontra em más condições de segurança e insalubridade, acarretando sérios riscos para a saúde pública e para a segurança das pessoas e bens...”.

Perante as constatações referidas, considera a comissão de vistorias que deverão ser tomadas as medidas adequadas, visando a correcção de aspectos estruturais, a protecção de vãos e a limpeza de todo o conjunto edificado, propondo para o efeito o prazo de 30 dias para que a intervenção a levar a efeito, contemple os seguintes trabalhos:

1. Reparação, protecção e tapamento dos vãos do edifício que se encontram devassados, em todas as suas fachadas, por forma a evitar a ocupação indevida do mesmo;.
2. Tapamento dos vãos existentes ao longo da fachada Norte do edifício, incluindo reforço estrutural do topo da parede, através da execução de lintel de travamento.
3. Reparação da estrutura de suporte da cobertura do corpo do edifício localizado a Norte, com substituição/remoção de telhas partidas, chapas de fibrocimento, chapas metálicas e outros materiais existentes, de modo a evitar a queda para a via pública e prédios confinantes.

A remoção de materiais em fibrocimento, deverá ser executada apenas por empresas devidamente licenciadas e autorizadas a desenvolver aquelas actividades, com encaminhamento dos resíduos para destino final adequado, obedecendo a todas as regras de segurança, designadamente as previstas no Decreto-Lei n.º 266/2007, de 24/6 e Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17/6.

4. Remoção de entulho e escombros das partes da edificação que ruíram e que se encontram na eminência de ruir, incluindo a limpeza das suas áreas interiores, exteriores e respectivos logradouros, retirando materiais, lixos e vegetação que aí prolifera, para local devidamente adequado.

Tendo em conta os valores correntes de mercado, estimam-se as obras necessárias em 16.100,00€ (dezassex mil e cem euros).”.

A Câmara Municipal apreciou o referido auto de vistoria e tendo em vista eliminar os riscos para saúde pública, para a segurança de pessoas e bens e para a via pública e edificações confinantes, decorrentes das patologias detectadas e do seu agravamento delibera, nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs. 2 e 3 do art.º 89.º, do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, determinar aos proprietários dos prédios, Carmen Maria de Almeida Mascarenhas, titular do Cartão de Cidadão n.º 10353821, residente na Rua Anzebino Cruz Saraiva, Lote 1, n.º 310 – 2.º D, Marrazes, Leiria, na qualidade de cabeça de casal da Herança de Herlander João de Almeida Mascarenhas, Eduardo João Dinis Mascarenhas, titular do NIF 232914826 e Ana Cristina Dinis Mascarenhas, titular do Cartão de Cidadão n.º 13442025, ambos residentes no Bairro do Gericó, n.º 5 – 2.º Esqº., Leiria, a realização dos trabalhos abaixo indicados, no prazo de 30 dias, contados da data de recebimento das respectivas notificações:

1. Reparação, protecção e tapamento dos vãos do edifício que se encontram devassados, em todas as suas fachadas, por forma a evitar a ocupação indevida do mesmo.
2. Tapamento dos vãos existentes ao longo da fachada Norte do edifício, incluindo reforço estrutural do topo da parede, através da execução de lintel de travamento.
3. Reparação da estrutura de suporte da cobertura do corpo do edifício localizado a Norte, com substituição/remoção de telhas partidas, chapas de fibrocimento, chapas metálicas e outros materiais existentes, de modo a evitar a queda para a via pública e prédios confinantes.  
A remoção de materiais em fibrocimento, deverá ser executada apenas por empresas devidamente licenciadas e autorizadas a desenvolver aquelas actividades, com encaminhamento dos resíduos para destino final adequado, obedecendo a todas as regras de segurança, designadamente as previstas no Decreto-Lei n.º 266/2007, de 24/6 e Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17/6.
4. Remoção de entulho e escombros das partes da edificação que ruíram e que se encontram na eminência de ruir, incluindo a limpeza das suas áreas interiores, exteriores e respectivos logradouros, retirando materiais, lixos e vegetação que aí prolifera, para local devidamente adequado.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**21 - EDIFÍCIO DEGRADADO – RUA ANIBAL H. ABRANTES, N.º 15, MARINHA GRANDE – DEFICIÊNCIAS DE PAREDE EXTERIOR E COBERTURA - PROTEÇÃO DA SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – ADMINISTRAÇÃO DO CONDOMÍNIO: M.M. C. – ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMÍNIOS – FALTA DE OBRAS DE REPARAÇÃO E CONSERVAÇÃO – AUTO DE VISTORIA – TRABALHOS URGENTES A REALIZAR.**

585 - Por deliberação desta Câmara Municipal tomada em reunião de 02-05-2013, foi determinada a realização de vistoria urgente às condições de segurança e salubridade do prédio sito na Rua Anibal H. Abrantes, n.º 15, Marinha Grande, tendo em vista determinar os riscos e as perigosidades para a segurança de pessoas e bens e para a via pública, identificar as adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devem ser implementadas, estabelecendo, se for o caso, a respectiva ordem de prioridades.

Na sequência da realização da vistoria em 04-06-2013, foi-nos presente o Auto de Vistoria respetivo, datado de 17-06-2013, que aqui se dá para todos os efeitos legais como integralmente reproduzido e que fica anexo à ata (**Anexo 2**), do qual se transcrevem as respetivas conclusões:

“Verifica-se assim, que o conjunto edificado vistoriado se encontra em más condições de salubridade no que respeita a presença de humidades no interior das habitações, condições estas que não acarretam sérios riscos para a saúde pública e para a segurança das pessoas e bens, mas que dão origem a más condições de habitabilidade ...”.

Perante as constatações referidas, considera a comissão de vistorias que deverão ser tomadas as medidas adequadas, visando a substituição da cobertura e aplicação de revestimento de todo o conjunto edificado, propondo para o efeito o prazo de 30 dias para que a intervenção a levar a efeito, contemple os seguintes trabalhos:

1. Substituição de toda a cobertura em mau estado de conservação por telhas idênticas ou outro material identificado como adequado (ex: telhas sandwich).
2. Decapagem da parede de empena sul, aplicação de isolamento (ex: tela de xisto) e aplicação de pintura impermeabilizante.
3. Remoção de todos os entulhos decorrentes da obra. A remoção de materiais deverá ser executada apenas por empresas devidamente licenciadas e autorizadas a desenvolver aquelas actividades, com encaminhamento dos resíduos para destino final adequado, obedecendo a todas as regras de segurança, designadamente as previstas no Decreto-Lei n.º 266/2007, de 24/6 e Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17/6.

Tendo em conta os valores correntes de mercado, estimam-se as obras necessárias em 10.100,00€ (dez mil e cem euros).”.

**A Câmara Municipal apreciou o referido auto de vistoria e tendo em vista eliminar os riscos de insalubridade decorrentes das patologias detectadas e do seu agravamento delibera, nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs. 2 e 3 do art.º 89.º, do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, determinar aos proprietários das fracções do prédio, representados pela entidade administradora do condomínio, M.M.C. – Administração de Condomínios, com sede Av.ª. D. João Pereira Venâncio, n.º 559, R/Chão F Drtº., Marinha Grande, a realização dos trabalhos abaixo indicados, no prazo de 30 dias, contados da data de recebimento da respectiva notificação:**



1. Substituição de toda a cobertura em mau estado de conservação por telhas idênticas ou outro material identificado como adequado (ex: telhas sandwich).
2. Decapagem da parede de empena sul, aplicação de isolamento (ex: tela de xisto) e aplicação de pintura impermeabilizante.
3. Remoção de todos os entulhos decorrentes da obra. A remoção de materiais deverá ser executada apenas por empresas devidamente licenciadas e autorizadas a desenvolver aquelas actividades, com encaminhamento dos resíduos para destino final adequado, obedecendo a todas as regras de segurança, designadamente as previstas no Decreto-Lei n.º 266/2007, de 24/6 e Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17/6.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**22 - PRÉDIOS ABANDONADOS E DEGRADADOS – RUA DE LEIRIA, N.ºS 2 A 14, MARINHA - RISCO DE DERROCA E PERIGO PARA SAÚDE PÚBLICA E SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS E PARA A VIA PÚBLICA E PRÉDIOS ENVOLVENTES – PROTEÇÃO DA SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – PROPRIETÁRIOS: VERTIPILAR-IMOBILIÁRIA E CONSTRUÇÃO, SA, E MARIA FERNANDA DE JESUS FERREIRA RODRIGUES - FALTA DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO – AUTO DE VISTORIA – TRABALHOS URGENTES A REALIZAR.**

586 - Por deliberação desta Câmara Municipal tomada em reunião de 02-05-2013, foi determinada a realização de vistoria urgente às condições de segurança e salubridade das edificações sitas na Rua de Leiria, n.ºs. 2 a 14, freguesia e concelho de Marinha Grande, tendo em vista determinar os riscos e as perigosidades para a saúde pública, para a segurança de pessoas e bens, para a via pública e para outras edificações envolventes, identificar as adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devem ser implementadas, estabelecendo, se for o caso, a respectiva ordem de prioridades.

Na sequência da realização da vistoria em 07-05-2013, foi-nos presente o Auto de Vistoria respetivo, datado de 31-05-2013, que aqui se dá para todos os efeitos legais como integralmente reproduzido e que fica anexo à ata (**Anexo 3**), do qual se transcrevem as respetivas conclusões:

“Verifica-se assim, que os edifícios vistoriados, encontram-se em más condições de segurança e insalubridade, acarretando sérios riscos para a saúde pública e para a segurança das pessoas e bens...”.

Perante tais constatações, considera a comissão de vistorias que deverão ser tomadas as medidas adequadas, visando a correcção de aspectos estruturais, protecção de vãos e limpeza de todos os edifícios, propondo para o efeito o prazo de 30 dias para execução dos seguintes trabalhos:

1. Reparação, protecção e tapamento dos vãos que se encontram devassados, ao nível das fachadas do corpo principal do edifício, com frente para a Rua de Leiria.

2. Reparação da cobertura e estrutura de suporte do referido corpo do edifício.
3. Demolição integral das coberturas e paredes das restantes partes do edifício.
4. Limpeza das áreas interiores e exteriores do edifício, logradouros e áreas correspondentes às partes a demolir, retirando materiais, lixos, entulhos, escombros de paredes e coberturas que ruíram e das que se encontram na eminência de ruir, bem como de toda a vegetação que aí prolifera, com devido encaminhamento para local adequado.
5. Vedação adequada da área do prédio resultante das demolições a efectuar.

Tendo em conta os valores correntes de mercado, estimam-se as obras necessárias em 11.000,00€ (onze mil euros).”.

**A Câmara Municipal apreciou o referido auto de vistoria e tendo em vista eliminar os riscos para saúde pública, para a segurança de pessoas e bens e para a via pública e edificações confinantes, decorrentes das patologias detectadas e do seu agravamento delibera, nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs. 2 e 3 do art.º 89.º, do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, determinar aos proprietários dos prédios, sociedade Vertipilar-Imobiliária e Construção, SA, titular do NIPC 507380533, com sede na Rua dos Operários, n.º 3, Marinhais, Leiria e Maria Fernanda de Jesus Ferreira Rodrigues, titular do NIF 132623137, residente na Rua Anzebino Cruz Saraiva, Lote 4, n.º 236 – 6.º Esqº, Marrazes, Leiria, a realização dos trabalhos abaixo indicados, no prazo de 30 dias, contados da data de recebimento das respectivas notificações:**

1. Reparação, protecção e tapamento dos vãos que se encontram devassados, ao nível das fachadas do corpo principal do edifício, com frente para a Rua de Leiria.
2. Reparação da cobertura e estrutura de suporte do referido corpo do edifício.
3. Demolição integral das coberturas e paredes das restantes partes do edifício.
4. Limpeza das áreas interiores e exteriores do edifício, logradouros e áreas correspondentes às partes a demolir, retirando materiais, lixos, entulhos, escombros de paredes e coberturas que ruíram e das que se encontram na eminência de ruir, bem como de toda a vegetação que aí prolifera, com devido encaminhamento para local adequado.
5. Vedação adequada da área do prédio resultante das demolições a efectuar.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**23 - REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – FASE 1, SERVIÇOS EDUCATIVOS, GALERIA MUNICIPAL E CAFETARIA - TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES – APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO. RATIFICAÇÃO.**

587 - Presente despacho, do Presidente da Câmara Municipal, de 13 de junho corrente, com o seguinte teor integral:

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
28/06/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 14

*Através de deliberação camarária, de 30 de maio de 2013, foram aprovados trabalhos de suprimimento de erros e omissões no âmbito da empreitada de Requalificação do Património Stephens – Fase 1, serviços educativos, galeria municipal e cafetaria.*

*O adjudicatário foi notificado para apresentar os documentos de habilitação e prestar caução, nos termos legais e regulamentares aplicáveis.*

*Em 13 de junho corrente, foram apresentados os documentos de habilitação e prestada a caução.*

*Nestes termos, estão reunidas as condições para proceder à aprovação da minuta do contrato, de acordo com o artigo 98.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos.*

*A aprovação da minuta do contrato em apreço é urgente tendo em conta a data limite do contrato de financiamento e a necessidade de garantir que todos os trabalhos são executados, medidos e pagos até ao termo do presente mês de junho. O retardamento da aprovação da minuta e consequentemente da celebração do contrato é suscetível de fazer perigar o financiamento da obra.*

*Assim e por se verificarem os requisitos previstos no artigo 68.º, n.º 3, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e de acordo com o disposto no artigo 98.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos, aprovo a minuta do contrato a celebrar, que fica anexa.*

*O presente despacho deve ser ratificado pela Câmara Municipal, na sua próxima reunião.*

**A Câmara Municipal, considerando os fundamentos aduzidos, delibera ratificar o despacho n.º 130/2013, de 13 de junho de 2013.**

**A presente deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **24 - REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - CASA DA CULTURA - TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES – APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO. RATIFICAÇÃO DE DESPACHO.**

588 - Presente despacho, do Presidente da Câmara Municipal, de 17 de junho corrente, com o seguinte teor integral:

*Através de deliberação camarária, de 11 de junho de 2013, foram aprovados trabalhos de suprimimento de erros e omissões no âmbito da empreitada de Requalificação do Património Stephens - Casa da Cultura.*

*O adjudicatário foi notificado para apresentar os documentos de habilitação e prestar caução, nos termos legais e regulamentares aplicáveis.*

*Em 14 de junho corrente, foram apresentados os documentos de habilitação e prestada a caução.*

*Nestes termos, estão reunidas as condições para proceder à aprovação da minuta do contrato, de acordo com o artigo 98.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos.*

*A aprovação da minuta do contrato em apreço é urgente tendo em conta a data limite do contrato de financiamento e a necessidade de garantir que todos os trabalhos são*

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 28/06/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 14

*executados, medidos e pagos dentro do respetivo prazo. O retardamento da aprovação da minuta e consequentemente da celebração do contrato é suscetível de fazer perigar o financiamento da obra.*

*Assim e por se verificarem os requisitos previstos no artigo 68.º, n.º 3, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e de acordo com o disposto no artigo 98.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos, aprovo a minuta do contrato a celebrar, que fica anexa.*

*O presente despacho deve ser ratificado pela Câmara Municipal, na sua próxima reunião.*

**A Câmara Municipal, considerando os fundamentos aduzidos, delibera ratificar o despacho n.º 138/2013, de 17 de junho de 2013.**

**A presente deliberação foi tomada por unanimidade.**

**25 - PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE QUANTIAS RETIDAS NA EMPREITADA “REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM DA MARINHA GRANDE” – CONCURSO PÚBLICO N.º 05/2010-DEEM**

589 - Presente informação n.º 9SAB/2013 da Área das Finanças e carta do adjudicatário da obra em epígrafe, LENA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A., a apresentar, para reforço de caução da obra mencionada a garantia bancária n.º 125-02-1861184 de 14.05.2013 no montante de 42.916,67 euros emitida pelo Banco Comercial Português, S.A. e a garantia bancária n.º 384240 de 08.05.2013 no montante de 42.916,67 euros, emitida pelo Banco Espírito Santo, S.A.

**A Câmara Municipal apreciou a referida informação e face à mesma, delibera de acordo com o n.º 2 do art. 353º do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, aceitar as referidas garantias bancárias e restituir a importância de 85.833,34 €, retidos através das guias n.º 736/1, 858/1, 884/1, 1085/1, 1102/1, 1103/1, 1104/1, 1126/1 de 2012 e 207/1, 271/1, 427/1 e 613/1 de 2013 e restituir 1.294,70 euros retidos na guia 610/1/2013, ao adjudicatário LENA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**26 - PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE QUANTIAS RETIDAS NA EMPREITADA “ABERTURA DE ARRUAMENTO PARALELO À ESTRADA DOS GUILHERMES E DUAS INTERSECÇÕES GIRATÓRIAS” – CONCURSO PÚBLICO N.º 04/2010-DEEM**

590 - Presente carta do adjudicatário da obra em epígrafe, OLIVEIRAS, S.A., a solicitar a restituição do valor retido aquando do pagamento do auto de revisão de preços, considerando que as garantias prestadas são suficientes para cobrir o valor retido.

Presente informação n.º 8SAB/2013 da Área das Finanças na qual se refere que as garantias prestadas no âmbito da obra *“Abertura de arruamento paralelo à Estrada dos Guilhermes e duas intersecções giratórias”* – Concurso Público n.º 04/2010-DEEM ascendem 49.966,23 euros. Mais se informa que os valores facturados da referida empreitada, incluindo revisão de preços, ascendem a 468.335,75 euros e que os trabalhos a menos aprovados ascenderam a 69.840,29 euros, pelo que a garantia de 10% devida para garantia da empreitada ascende a 46.883,58 euros.

**Considerando o exposto e o requerido pela empresa OLIVEIRAS, S.A., a Câmara Municipal apreciou a referida informação e face à mesma, delibera de acordo com o n.º 2 do artigo 353º do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, restituir a importância de 4.077,82 €, retidos através da guia n.º 900/1 de 08.11.2012, ao adjudicatário OLIVEIRAS, S.A.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**27 - “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - CASA DA CULTURA” – CP N.º 06/2010 – TRABALHOS A MENOS**

591 - Presente informação da DOT, com a ref. MF.35.2013, na qual se propõe a aprovação de trabalhos a menos no valor de 10.848,41 € (dez mil oitocentos e quarenta e oito euros e quarenta e um cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, ao abrigo do disposto no artigo 379º do CCP, respeitante à supressão de trabalhos não executados ou desnecessários.

**Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação técnica com a ref.ª MF.35.2013, que fica anexa (Anexo 4) e aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera, no âmbito da empreitada designada por “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA”, adjudicada à firma “Habitâmega - Construções, SA”, aprovar:**

- a) trabalhos a menos no valor de 10.848,41 € (dez mil oitocentos e quarenta e oito euros e quarenta e um cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, ao abrigo do disposto no artigo 379º do CCP;**

**A Câmara Municipal delibera ainda, notificar o co-contratante para os efeitos previstos no artigo 379.º, n.º 1, do CCP.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**28 - REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA – CP N.º 06/2010 - TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES.**

592 - Presente informação da DOT, com a ref. MF.34.2013, na qual se propõe a aprovação de trabalhos de suprimento de erros e omissões no valor de 60.027,00 € (sessenta mil e vinte e sete euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, ao abrigo do disposto no artigo 376º do CCP, respeitantes às quantidades desconformes com a realidade ou não descritas e relativas às melhorias impostas pela ANPC à rede de extinção automática de incêndio.

Considerando que os trabalhos em apreço se destinam à realização da mesma empreitada.

Considerando que os trabalhos de suprimentos dos erros e omissões se destinam a suprir erros e omissões detetados e necessários à execução e conclusão da obra.

Considerando que pode ser ordenada a execução de trabalhos de suprimento de erros e omissões, nos termos do disposto do n.º 3 do artigo 376º do CCP, uma vez que o valor dos presentes trabalhos, calculada ao novo preço contratual por força da compensação entre trabalhos a mais e trabalhos a menos, corresponde a 3,33 % e que, somado o valor de anteriores trabalhos de suprimento de erros e omissões e tendo em conta que o valor dos trabalhos a mais foi integralmente compensado pelo valor dos trabalhos a menos, calculado ao novo valor contratual por força dessa compensação, corresponde a 10,11%.

**Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação técnica com a ref.ª MF.34.2013, que fica anexa (Anexo 5) e aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera, no âmbito do contrato de empreitada de *Requalificação do Património Stephens – CASA DA CULTURA*, celebrado com a empresa Habitâmega-Construções, SA, aprovar:**

- a) Alterações aos projetos de rede hidráulica de incêndio e SCIE
- b) Trabalhos de suprimento dos erros e omissões a preços contratuais no valor de 21.896,34€ (Vinte e um mil oitocentos e noventa e seis euros e trinta e quatro centimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, ao abrigo do disposto no artigo 376º, nº 1, do CCP, respeitante a quantidades não previstas ou desconformes com a realidade;
- c) Trabalhos de suprimento dos erros e omissões a preços acordados no valor de 38.130,66 € (Trinta e oito mil cento e trinta euros e sessenta e seis centimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, ao abrigo do disposto no artigo 376º, nº 1, do CCP, respeitante às melhorias introduzidas pela ANPC e a trabalhos omissos;
- d) Prazo de 40 dias, necessários à execução dos trabalhos de suprimentos dos erros e omissões, o que determina a aprovação de uma prorrogação do prazo de execução da obra em 9 dias, de acordo com o artigo 374º e com a alínea b) do n.º 2 do artigo 377.º, do CCP;

Mais deliberou, que a firma adjudicatária seja notificada para apresentar um plano de trabalhos atualizado, em conformidade com o disposto no artigo 361.º, n.º 3, do CCP.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
28/06/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 14

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**29 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA FLORESTAÇÃO DE PARTE DE UMA PROPRIEDADE, SITA EM VIEIRA DE LEIRIA, FREGUESIA E CONCELHO DA MARINHA GRANDE, COM POVOAMENTO DE EUCALIPTO (*EUCALYPTOS GLOBULUS*) REQUERIDO POR ACÁCIO GOMES MIGUEL.**

593 - Presente requerimento com registo de entrada nº E/3428 de 8 de maio de 2013, em nome de Acácio Gomes Miguel a solicitar autorização para florestação de três propriedades, sitas em Vieira de Leiria, freguesia e concelho da Marinha Grande, com povoamento de eucalipto (*Eucalyptus globulus*).

Presente informação I/1583/2013 de 04 de junho de 2013 da Divisão de Ambiente, Serviços Urbanos e Proteção Civil, área da proteção civil, sobre o assunto.

Considerando que o Decreto-lei nº 139/89 de 28 de abril, veio atribuir competências às Câmaras, para licenciar as ações de arborização e rearborização de espécies de rápido crescimento, para áreas inferiores a 50 hectares;

Considerando que os prédios em causa possuem no total a área de 26.737 m2;

Considerando que o nº 1, do artigo 1º do citado diploma, refere que carecem de licença municipal as ações de destruição do revestimento vegetal que não tenham fins agrícolas e as ações de aterro ou escavação que conduzam à alteração do relevo natural e das camadas do solo arável;

Considerando que a informação, já referida, dos serviços técnicos da área de proteção civil considera não existir inconvenientes no pedido desde que seja garantida a correta plantação e posterior limpeza de matos durante a sua exploração;

**A Câmara, delibera, ao abrigo do disposto no nº 1 alínea a) do artigo 1º do Decreto-Lei nº 139/89, de 28 de Abril, autorizar Acácio Gomes Miguel a proceder à florestação de eucaliptos (*Eucalyptus globulus*), nos prédios sitos em Vieira de Leiria, registados sob os nºs 3350/19710112, na conservatória do Registo Civil da Marinha Grande e inscrito na matriz sob o nº 2322, 2323 e 2325, o nº 3351/19771110 registado na conservatória do Registo Civil da Marinha Grande e inscrito na matriz sob o nº 2329 e o nº 3352/19771110 registado na conservatória do Registo Civil da Marinha Grande e inscrito na matriz sob o nº 2326, nas seguintes condições:**

**-A plantação deverá garantir os afastamentos definidos no artigo 1º do Decreto-Lei 28 039, de 14 de Setembro de 1937 para as espécies de crescimento rápido, não podendo**

ser efetuada a menos de 20m de terrenos cultivados e a menos de 30m de nascentes, terras de cultura de regadio, muros e prédios urbanos, podendo, o requerente efetuar a plantação de pinheiro bravo na faixa de 30m na envolvente das habitações salvo se entre os eucaliptos e os terrenos, nascentes, terras de regadio, muros e prédios urbanos mediar uma estrada, via-férrea e curso de água, caminho público, ou desnível de mais de 4 metros.

-Deverão ser respeitadas as regras referentes a espaços florestais e as relativas à proteção das habitações, contidas no folheto do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas e do Ministério da Administração Interna, a disponibilizar pelo Gabinete de Atendimento ao Múncipe- GAM.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 3 votos a favor e 4 abstenções dos Srs. Vereadores da CDU e do PSD.

**30 - PARECER PRÉVIO GENÉRICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATENTO O PRECEITUADO NO ART.º 75.º DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2013 – RELAÇÃO DOS SERVIÇOS ADJUDICADOS NO MÊS DE MAIO DE 2013.**

594 - Considerando que por deliberação da Câmara Municipal tomada em 28/01/2013, na continuação da reunião de Câmara de 24/01/2013, para efeitos do cumprimento do disposto no n.º 4, do artigo 75.º, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro, foi deliberado emitir parecer prévio genérico favorável à celebração de contratos de prestação de serviços desde que se verificassem cumulativamente as seguintes condições:

- tratar-se de execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, sendo que a obrigação de demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial só será passível de aplicação com a publicação da Portaria a que alude o n.º 2 do art.º 33.º-A da Lei n.º 53/2006 de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro;
- a existência de cabimento orçamental;
- a adjudicação ocorra nos termos do disposto no artigo 128º do Código dos Contratos Públicos, Regime Simplificado, ou seja, para todas as aquisições de serviços cujo preço contratual não seja superior a 5.000,00 euros por ano (valor sem IVA);
- o cumprimento da aplicação da redução remuneratória, atento o disposto no n.º 1, do artigo 75º, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, sempre que aplicável;
- não seja ultrapassado o montante anual de 5.000,00 euros por ano (valor sem IVA) a contratar com a mesma contraparte.



Considerando que foi deliberado que a lista dos contratos celebrados deveria ser apresentada em reunião camarária para efeitos da sua apreciação e tomada de conhecimento.

Atento o exposto, remete-se em anexo a lista dos contratos de prestação de serviços celebrados no mês de Maio de 2013 que foram objeto de parecer prévio genérico em reunião camarária de 28/01/2013, na continuação da reunião de Câmara de 24/01/2013.

**A Câmara Municipal delibera tomar conhecimento da relação dos serviços adjudicados atenta deliberação camarária de 28/01/2013, na continuação da reunião de Câmara de 24/01/2013, pela qual se concedeu parecer prévio genérico à celebração de contratos de prestação de serviços cujo procedimento de contratação pública adotado foi o ajuste direto simplificado preceituado no n.º 1, do art. 128.º, do Código dos Contratos Públicos.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**31 - ALIENAÇÃO DE IMÓVEL, PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE, SITO NO BAIRRO DO CAMARNAL N.º 9 LOTE 9, MARINHA GRANDE, A FAVOR DE ESTRELA SOARES ADÃO.**

595 - Presente requerimento de Estrela Soares Adão, residente no Bairro do Camarnal n.º 9, lote 9, com o registo de entrada n.º 1824, datado de 6 de março do corrente ano, a solicitar a aquisição da referida habitação, onde reside.

Presente processo individual da arrendatária em questão, enviado pelo IGAPHE, aquando da transferência do património imobiliário para o Município da Marinha Grande.

Considerando a deliberação de 7 de junho de 2005, com o título “ Alienação de Fogos de Habitação Social Arrendados (Património transferido pelo IGAPHE)”, onde ficou definido um conjunto de procedimentos a aplicar, de forma geral, a todos os processos de venda;

Presente informação da D.O.T. - Divisão de Ordenamento do Território -, datada de 13 de junho de 2013, onde se dá conta do cálculo do valor do fogo em questão, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 141/88, de 22 de abril, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Lei n.º 288/93, de 20 de agosto e 329-A/2000, de 22 de dezembro;

Presente informação n.º 1646 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, de 18 de junho de 2013, onde se propõe a venda do imóvel, sito no Bairro do Camarnal n.º 9, pelo valor de 15.265,80€ (quinze mil duzentos e sessenta e cinco euros e oitenta cêntimos), ao abrigo do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 288/93, de 20 de agosto e dos critérios estabelecidos na deliberação camarária de 7 de abril de 2005.

A Câmara analisou as referidas informações e delibera, ao abrigo da alínea f) do n.º 1 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, alienar o prédio urbano, tipo T3, sito em Bairro do Camarnal lote 9 n.º 9, composto por casa de rés-do-chão para habitação e logradouro, descrito na Conservatória do Registo Predial deste concelho sob o número 10155/200896, registado a favor do Município da Marinha Grande e inscrito na matriz sob o artigo n.º 12443, pelo valor de 15.265,80€ (quinze mil duzentos e sessenta e cinco euros e oitenta cêntimos), fixado ao abrigo do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 288/93, de 20 de agosto, uma vez que este valor não ultrapassa 1000 vezes o índice 100 das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública, à Sr.ª Estrela Soares Adão, residente no Bairro do Camarnal lote 9 n.º 9, 2430-066 Marinha Grande, com o N.I.F. 157 843750, celebrando para tal a respetiva escritura pública.

A referida venda, fica sujeita ao ónus de inalienabilidade durante cinco anos subsequentes à aquisição, conforme previsto no n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 141/88, de 22 de abril, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 288/93, de 20 de agosto, ficando o Município dispensado da apresentação da licença de utilização no ato da celebração da respetiva escritura pública, nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 141/88, de 22 de abril e artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 281/99, de 26 de julho.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**32 - REAPRECIACÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA REFERENTE À TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DO FOGO N.º 76, SITO NA RUA ADRIANO MARQUES NOBRE, CAMARNAL – MARIA DA ASCENSÃO BASTOS DO CARMO**

596 - Presente informação n.º 1632 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datada de 17 de junho do corrente ano, referente à necessidade de reapreciação do valor da renda da habitação social, sita na morada em epígrafe.

Considerando que o contrato de arrendamento em causa se rege pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio);

Considerando que o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando que ficou demonstrada a alteração de rendimentos da família em causa;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 28/06/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 14

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, a renda pode ser reajustada a todo o tempo, em função da alteração do rendimento mensal corrigido do agregado familiar,

**A Câmara analisou a referida informação e, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, delibera no uso de competência prevista nas alíneas b) e d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, proceder à reapreciação da renda de habitação social, cujo valor a aplicar consta do seguinte quadro:**

**Rua Adriano Marques Nobre**

| MORADOR                    | FOGO | DATA CONTRATO | RENTA/12 | RENTA/13 |
|----------------------------|------|---------------|----------|----------|
| Maria da Ascensão B. Carmo | 76   | 04/11/2004    | 180,52€  | 55,11€   |

**Mais delibera que a renda a aplicar, no valor de 55,11€ (cinquenta e cinco euros e onze cêntimos), calculada nos termos do Decreto-Lei, n.º 166/93, de 7 de maio, entre em vigor a partir de 1 de julho do corrente ano.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

### **33 - ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS APOIADAS COM ENTRADA EM VIGOR DURANTE OS MESES DE AGOSTO E SETEMBRO DO CORRENTE ANO.**

597 - Presente informação n.º 1670 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento (D.C.D.), datada de 21 de junho do corrente ano, a dar conta da necessidade de se proceder à atualização anual de algumas rendas de habitação social, com efeitos a partir de julho.

Considerando que, os contratos de arrendamento em causa se regem pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio);

Considerando que, o referido regime de Renda se baseia na determinação do valor do preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando a apresentação dos rendimentos das famílias em causa;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, a renda atualiza-se anual e automaticamente, em função da variação do rendimento mensal corrigido do agregado familiar,

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 28/06/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 14

A Câmara analisou a referida informação e, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, delibera no uso de competência prevista nas alíneas b) e d) do n.º 7 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, proceder à atualização das seguintes rendas de habitação social:

**A PARTIR DE AGOSTO:**

**Avenida da Liberdade (Bloco L/M)**

| BLOCO | MORADOR               | FOGO     | DATA CONTRATO | RENTA/12 | RENTA/13 |
|-------|-----------------------|----------|---------------|----------|----------|
| L     | Maria Orange Moiteiro | 2.º Esq. | 28/07/2008    | 11,07€   | 11,13€   |
| M     | Maria Júlia Calado    | 2.º Dto  | 01/08/2007    | 20,42€   | 21,00€   |

**Rua da Charnequinha**

| BLOCO | MORADOR                  | FOGO     | DATA CONTRATO | RENTA/12 | RENTA/13 |
|-------|--------------------------|----------|---------------|----------|----------|
| 44    | Fernanda Maria Frederico | 1.º Esq. | 30/07/2007    | 26,07€   | 26,07€   |

**Rua António Lopes**

| MORADOR                    | FOGO | DATA CONTRATO | RENTA/12 | RENTA/13 |
|----------------------------|------|---------------|----------|----------|
| Horácio Freitas Marques    | 12   | 01/08/2004    | 27,39€   | 48,66€   |
| Maria Alice F. Mendes      | 23   | 10/08/2004    | 54,16€   | 52,66€   |
| Vitorino Carlos H. Saraiva | 41   | 01/08/2004    | 58,76€   | 59,09€   |

**Rua Bairro do Camarnal**

| MORADOR                      | FOGO | DATA CONTRATO | RENTA/12 | RENTA/13 |
|------------------------------|------|---------------|----------|----------|
| José António Carreira Santos | 53   | 01/08/2004    | 119,54€  | 123,40€  |
| Maria de Jesus Santos        | 48   | 01/08/2004    | 23,81€   | 23,81€   |

**A PARTIR DE SETEMBRO:**

**Avenida da Liberdade**

| BLOCO | MORADOR               | FOGO     | DATA CONTRATO | RENTA/12 | RENTA/13 |
|-------|-----------------------|----------|---------------|----------|----------|
| M     | Leonel Vieira Cunha   | 1.º Dto  | 17/09/2010    | 60,52€   | 61,85€   |
| M     | Maria de Lurdes Matos | 2.º Esq. | 03/09/2007    | 13,92€   | 14,19€   |

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 28/06/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 14

Rua António Lopes

| MORADOR                   | FOGO | DATA CONTRATO | RENDA/12 | RENDA/13 |
|---------------------------|------|---------------|----------|----------|
| Orlando Jesus Gomes Norte | 18   | 09/09/2004    | 13,97€   | 13,97€   |

Mais delibera que os valores de renda a aplicar, calculados nos termos do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, entrem em vigor a partir dos próximos meses de julho e agosto do corrente ano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**34 - APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO. ATIVIDADE DESPORTIVA FEDERADA.**

Assunto retirado da ordem do dia, por proposta da Sr.ª Vereadora do pelouro, devendo ser agendado para a próxima reunião.

**35 - PROGRAMA DE ATIVIDADE FÍSICA 3.ª IDADE – 2013 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO**

Assunto retirado da ordem do dia, por proposta da Sr.ª Vereadora do pelouro, devendo ser agendado para a próxima reunião.

**36 - AVALIAÇÃO DAS CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA.**

Assunto retirado da ordem do dia, por proposta da Sr.ª Vereadora do pelouro.

**37 - CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS – 1.ª FASE**

Assunto retirado da ordem do dia, por proposta da Sr.ª Vereadora do pelouro.

**38 - APRECIÇÃO DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS NO 4º TRIMESTRE DO ANO 2012, RELATIVAS AO INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE**

Assunto retirado da ordem do dia, por proposta da Sr.ª Vereadora do pelouro.

**39 - APRECIÇÃO DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS NO 1º TRIMESTRE DO ANO 2013, RELATIVAS AO INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE**

Assunto retirado da ordem do dia, por proposta da Sr.ª Vereadora do pelouro.

**40 - RECEÇÃO DEFINITIVA**

598 - Presente Auto de Recepção Definitiva da obra “Beneficiação da Rua da Índia na Ordem – Concurso Público nº. 01/2003”, adjudicada por deliberação de Câmara, de 11 de novembro de 2003, à empresa “Construções Cunha dos Anjos, Lda”.

A Câmara Municipal, verificando pelo auto referido que a obra foi executada de acordo com as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis e de acordo com o contrato e as instruções dos Serviços de Fiscalização da Câmara, delibera receber definitivamente a obra antes enunciada, de acordo e para os efeitos do previsto nos art.ºs 217º, nº. 4 e 227º, nº. 3 do Dec-Lei nº 59/99 de 02 de Março.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**41 - EXTINÇÃO PARCIAL DE CAUÇÃO**

599 - O Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto, veio estabelecer um regime excecional e temporário de liberação das cauções prestadas para garantia da execução dos contratos de empreitada de obras públicas, com vista a diminuir os custos e os sacrifícios acrescidos para as estruturas financeiras das empresas.

Nos termos do n.º 1 do artigo 4.º e do n.º 5 do artigo 3.º, do Decreto-Lei 190/2012, de 22 de agosto, a extinção parcial das cauções prestadas no âmbito de um contrato de empreitada de obras públicas depende da realização de vistoria, da qual se lavra auto que deve declarar, se for o caso, que não existem defeitos da obra da responsabilidade do empreiteiro.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
28/06/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 14

Assim, a Câmara Municipal, de acordo com o artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto e tendo em conta o teor dos respetivos autos de vistoria, delibera autorizar a liberação parcial da caução prestada no âmbito da empreitada de “Beneficiação da Rua 4 - Figueiras – Concurso Público n.º. 03/2006”, em 90% do seu valor.

A presente deliberação foi aprovada por unanimidade.

#### **42 - RESUMO DE TESOURARIA**

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia vinte e seis de junho de dois mil e treze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **3.112.574,14 €** (três milhões, cento e doze mil quinhentos e setenta e quatro euros e catorze cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

600 - De acordo com o previsto no art.º 83º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Câmara delibera por unanimidade analisar os seguintes assuntos:

1. REQ. N.º898/13 – PC N.º 53/13 – FOZMOLDES, LDA.
2. REQ. N.º 812/13 - PC N.º 163/13 – FERNANDO LOPES DOMINGUES
3. REQ. N.º 640/13 - PC N.º 123/13 – ARMINDO NUNES MESQUITA
4. REQ. N.º 936/13 – PC N.º 16/13 – VIDROMECÂNICA-METALOMECÂNICA VIDREIRA,LDA.
5. “REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM DA MARINHA GRANDE – CP N.º 05/2010” – RECEÇÃO PROVISÓRIA PARCIAL.
6. ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA A CONTRATAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM REFEITÓRIOS ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2013/2014 – RETIFICAÇÃO DE DELIBERAÇÃO TOMADA EM 11-06-2013

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

**1 - REQ. N.º898/13 – PC N.º 53/13 – FOZMOLDES, LDA.**

601 - Presente processo de licenciamento, em nome de Fozmoldes, Lda., com o NIPC 503 833 703, com sede na rua das Cavadinhas, n.º 1, Lameira da Embra, Marinha Grande, para a alteração e ampliação, de um edifício destinado a indústria, existente no mesmo local, no prédio Registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12 675 e na matriz predial urbana sob o n.º 19 682, da freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presentes projetos de arquitetura e de especialidades, devidamente instruídos com Declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE), publicado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual.

Presente informação técnica datada de 25/06/2013 que atesta encontrar-se o processo em condições de merecer aprovação;

**A Câmara Municipal deliberou:**

**1.- Deferir o processo de licenciamento, em nome de Fozmoldes, Lda., com o NIPC 503 833 703, com sede na rua das Cavadinhas, n.º 1, Lameira da Embra, Marinha Grande, para a alteração e ampliação, de um edifício destinado a indústria, existente no mesmo local, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12 675 e na matriz predial urbana sob o n.º 19 682, da freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:**

**1.1.- Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra., nomeadamente a requalificação da faixa de rodagem da rua das Cavadinhas, ao longo da frente do terreno em que se situa a unidade industrial a que corresponde o presente processo.**

**2- Informar o requerente do seguinte:**

**2.1.-Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará de licença de construção, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**

**2.2.- A alteração da unidade industrial apresentada insere-se no procedimento de mera comunicação prévia, por força do disposto no n.º 5 do artigo 39º do Sistema de Indústria Responsável (SIR), publicado pelo Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de Agosto devendo a mesma ser apresentada, para efeitos do licenciamento da actividade industrial, à respetiva entidade coordenadora competente, de acordo com o disposto no artigo 33º do SIR.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**



**2 - REQ. N.º 812/13 - PC N.º 163/13 – FERNANDO LOPES DOMINGUES**

602 - Presente requerimento n.º 812/13, datado de 2013/05/30, constante do processo camarário n.º 163/13, subscrito por Fernando Lopes Domingues, NIF n.º 117849600, com residência na Rua 25 de Abril, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, a solicitar o licenciamento da obra de construção de edifício de habitação uni-familiar, incluindo a demolição de edificação existente, a levar a efeito num prédio sito no Largo 1.º de Maio, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2013/06/13, referindo a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do projeto de arquitetura apresentado, com determinadas condições.

**Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico de 2013/06/13 que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferi-la, com os seguintes condicionalismos:**

- 1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e Lei n.º 29/2010, de 02/09.**
- 2. A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.**
- 3. Aquando do início da construção, após a abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos serviços da Fiscalização à obra, para verificação da sua implantação, sendo o registo dessa deslocação no respetivo livro de obra, imprescindível para isenção de vistoria na futura concessão da autorização de utilização.**
- 4. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**3 - REQ. N.º 640/13 - PC N.º 123/13 – ARMINDO NUNES MESQUITA**

603 - Presente processo de licenciamento, em nome de Armindo Nunes Mesquita, com o NIF 105 307 734, residente na rua da Estação, para a legalização de um estabelecimento de restauração e bebidas existente na rua da Estação, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1276 e na matriz predial urbana sob o n.º 472, da freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica datada de 26/06/2013 que atesta encontrar-se o processo em condições de merecer aprovação;

Presentes processos antecedentes, nomeadamente o PC 170/73;

Presente parecer externo da Administração Regional de Saúde do Centro.

**A Câmara Municipal deliberou:**

Deferir o processo de licenciamento, em nome de Armindo Nunes Mesquita, com o NIF 105 307 734, residente na rua da Estação, para a legalização de um estabelecimento de restauração e bebidas existente na rua da Estação, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1276 e na matriz predial urbana sob o n.º 472, da freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1.- Deverá observar-se o conjunto de condicionalismos constantes no parecer da ARSC, cujo conteúdo se transcreve e passa a fazer parte integrante da presente deliberação:

*"1. Desde que seja cumprido na íntegra o exposto no projeto e demais legislação aplicável.*

*2. O estabelecimento deve possuir infra-estruturas básicas de fornecimento de água, gás, eletricidade e rede de esgotos, com as respetivas ligações às redes prediais (n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 215/11)*

*3. O estabelecimento deve adotar métodos ou equipamentos que permitam assegurar a separação dos resíduos na origem de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras (n.º 5 do Art.º 5.º da Portaria n.º 215/11)*

*4. A ventilação mecânica, se existir, deve ser adequada e suficiente tendo em consideração as dimensões e funções dos espaços. Deve ser evitado o fluxo mecânico de ar de zonas contaminadas para zonas limpas. Os sistemas de ventilação devem estar construídos de forma a proporcionar um acesso fácil aos filtros e a outras partes que necessitem de limpeza ou de substituição (n.º 5, Cap. I Anexo II, Reg. N.º 852/2004, de 29 de abril);*

*5. A cozinha e as copas (suja e limpa) devem estar equipadas com lavatórios e torneiras com sistema de acionamento não manual destinadas à higienização das mãos, podendo existir apenas uma torneira com aquele sistema na cuba de lavagem da copa suja, quando se trate de zonas contíguas ou integradas (n.º 5 do Art.º 7.º da Portaria n.º 215/11);*

*1. Na copa suja deve existir, pelo menos, uma cuba de lavagem equipada com água quente e fria e máquina de lavar a louça (n.º 9 do Art. 7.º da Portaria n.º 215/11);*

*2. O lavatório da instalação sanitária do pessoal deve possuir sistema de acionamento de água não manual (n.º 2 do Art. (º da Portaria n.º 215/11);*

*3. Os lavatórios para a lavagem das mãos devem estar equipados com água corrente quente e fria, materiais de limpeza das mãos e dispositivos de secagem higiénica (n.º 4, Cap. I, Anexo II do Reg. N.º 852/2004, de 29 de abril);*

*4. Deve ser prevista a afixação das informações indicadas no artigo 14.º da Portaria n.º 215/11, em local destacado, pela entidade titular de exploração;*

*5. De acordo com o observado no desenho n.º 10 – Cortes, verifica-se a necessidade de ser previsto meios complementares de renovação do ar, na zona onde o pé direito é*

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 28/06/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 14

*inferior aos mínimos exigidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do DL n.º 243/86, conforme disposto no n.º 3, do artigo 4.º do mesmo diploma legal.”*

2.- Deverá apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os seguintes elementos:

2.1.- Peças desenhadas de sobreposição, nas cores convencionais, que permitam estabelecer a relação entre a configuração do estabelecimento decorrente da última situação licenciada, a que se refere o processo 170/73, e a atual;

2.2.- Projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março.

Deliberou, igualmente, informar que de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 234/2007, de 19 de Junho, após a emissão da respetiva autorização de utilização, o requerente deverá apresentar na Câmara Municipal, com cópia à DGAE, a Declaração Prévia, nos termos da Portaria n.º 573/2007, de 17 de Julho.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

#### 4 - REQ. N.º 936/13 – PC N.º 16/13 – VIDROMECAÂNICA-METALOMECAÂNICA VIDREIRA,LDA.

604 - Presente processo de licenciamento, em nome de Vidromecânica-Metalomecanica Vidreira,Lda., com o NIPC 501 630 341, com sede na rua Central n.º 22, Garcia, Marinha Grande, para a ampliação de um edifício destinado a indústria, existente no mesmo local, nos prédios registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.º 19712 e 867, inscritos respetivamente nas matrizes prediais urbana sob o n.º 19650-P e rústica sob o n.º 8736, da freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica datada de 27/06/2013 que atesta encontrar-se o processo em condições de merecer aprovação, nos termos e com os condicionalismos aí expressos; Presentes processos antecedentes, PC 1003/97, PC 236/98, PC 1026/98 e PC 840/99, deferidos em reunião de Câmara, respetivamente, de 11/02/1998, 13/05/1998, 30/09/1998 e 9/03/2000;

A Câmara Municipal deliberou:

Informar, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 17º do Sistema da Indústria Responsável (SIR), aprovado pelo Decreto-Lei 169/2012, de 1 de agosto, ser viável o pedido de ampliação solicitado por Vidromecanica-Metalomecanica Vidreira,Lda., com o NIPC 501 630 341, com sede na rua Central n.º 22, Garcia, Marinha Grande, para a ampliação de um edifício destinado a indústria, existente no mesmo local, nos prédios

registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.º 19712 e 867, inscritos respetivamente nas matrizes prediais urbana sob o n.º 19650-P e rústica sob o n.º 8736, da freguesia e concelho da Marinha Grande, podendo o presente processo ser deferido com os seguintes condicionalismos:

1.- Apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, dos seguintes elementos:

- a) Documentos comprovativos da junção, num único prédio, das parcelas constantes no presente processo;
- b) Decisão favorável ou favorável condicionada sobre o pedido de autorização prévia formulado à entidade coordenadora do licenciamento industrial (Ministério da Economia);
- c) Projectos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.
- d) Projeto de arranjos exteriores elaborado de modo a garantir o cumprimento do Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

#### **5 - "REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM DA MARINHA GRANDE – CP N.º 05/2010" – RECEÇÃO PROVISÓRIA PARCIAL.**

605 - Presente auto de receção provisória parcial, que tem por objecto os espaços designados por front-office, back-office e instalações sanitárias públicas (identificados nas peças desenhadas com os n.ºs 1.10, 1.11 e 1.15), da empreitada de REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM DA MARINHA GRANDE.

A Câmara Municipal, verificando pelo auto referido que a parte da obra nele identificada foi executada de acordo com as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis e de acordo com o contrato e as instruções da fiscalização, delibera receber provisoriamente os espaços designados por front-office, back-office e instalações sanitárias públicas (identificados nas peças desenhadas com os n.ºs 1.10, 1.11 e 1.15), da empreitada de REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM DA MARINHA GRANDE, de acordo e para os efeitos previstos no artigo 395º, n.º 3, do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 28/06/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 14

**6 - ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA A CONTRATAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM REFEITÓRIOS ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2013/2014 – RETIFICAÇÃO DE DELIBERAÇÃO TOMADA EM 11-06-2013**

606 - Por deliberação camarária tomada em reunião de Câmara Municipal de 11/06/2013, foi deliberada a abertura do procedimento para contratualização do fornecimento de refeições (em refeitórios escolares) para o ano letivo 2013/2014, ao abrigo de acordo quadro n.º 015, denominado de *Refeições Confeccionadas (AQ-RC-2010)*, celebrado pela ANCP (Agência Nacional de Compras Públicas).

Considerando a deliberação da Assembleia Municipal na sua sessão de 21-06-2013, pela qual foi autorizada, previamente, a assunção de compromissos plurianuais para a celebração do contrato de *“Fornecimento de refeições em refeitórios escolares para o ano letivo 2013/2014”*.

Considerando que, na sequência do referido no parágrafo anterior, os serviços de Aprovisionamento procederam à introdução do processo na plataforma de compras públicas, tendo sido necessário contactar a Agência Nacional de Compras Públicas (ANCP) para prestação de esclarecimentos.

Face às questões colocadas pela autarquia foram prestados os esclarecimentos que constam do email em anexo 1 (**Anexo 6**), que determinam a retificação da legislação indicada na deliberação camarária tomada em 11-06-2013, por terem sido detetadas incorreções no que respeita ao procedimento de consulta que se pretende adotar.

De acordo com os esclarecimentos prestados à autarquia estamos perante um procedimento de consulta aos fornecedores (cocontratantes) ao abrigo de acordo quadro, nos termos do estabelecido no artigo 259º na modalidade referida na alínea b) n.º 1 do artigo 252º, ambos do Código dos Contratos Públicos e não de um ajuste direto nos termos do art.º 27º, n.º1, alínea h) e art.º 258º, ambos do Código dos Contratos Públicos.

**Face ao exposto a Câmara Municipal delibera, nos termos do preceituado no art.º 148.º do Código do Procedimento Administrativo proceder à retificação da deliberação tomada na sua reunião de 11-06-2013 relativa à *“Abertura de procedimento para a contratação do fornecimento de refeições em refeitórios escolares para o ano letivo 2013/2014”*, nos seguintes termos:**

Onde se lê:

*“Presente informação 1/1577/2013 e requisição interna n.º 9868 do serviço da DCD – Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datadas de 04-06-2013, nas quais se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização do fornecimento de refeições em refeitórios escolares para o ano letivo 2013/2014.*

*Considerando que o serviço requisitante propõe a contratualização do fornecimento de refeições em refeitórios escolares para o ano letivo 2013/2014, por ajuste direto no âmbito do Acordo Quadro para o “Fornecimento de refeições confeccionadas”, realizado pela Agência Nacional de Compras Públicas, adiante designada por ANCP, nos termos do artigo 27.º, n.º 1, alínea h) do Código dos Contratos Públicos.*

*Considerando que a ANCP despoletou o procedimento de “Concurso Limitado por prévia qualificação para a celebração de acordo quadro para o fornecimento de refeições confeccionadas” tendo resultado no Acordo quadro n.º 015 denominado de Refeições Confeccionadas (AQ-RC-2010) .*

*Considerando que, atenta a informação da DCD – Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, as refeições que se pretendem contratualizar inserem-se no Acordo Quadro da ANCP, Refeições confeccionadas (AQ-RC-2010), com o n.º 15, dieta normal para jovens e adultos por se destinarem, na sua maioria, a crianças com idades compreendidas entre os 6 e 16 anos e que estas se encontram preceituadas no LOTE 2 (Refeições confeccionadas Região Centro).*

*Considerando que a realização de ajuste direto nos termos do Acordo Quadro referido no parágrafo anterior, implica o convite obrigatório às seguintes entidades cocontratantes, seleccionadas pela ANCP para o Lote2:*

- EUREST (Portugal) - Sociedade Europeia de Restaurantes, Lda.
- GERTAL - Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, S.A.;
- SOLNAVE - Restaurantes e Alimentação, S.A.
- UNISELF - Sociedade de Restaurantes Públicos e Privados, S.A.

*Considerando que as condições técnicas a submeter à concorrência para o fornecimento de refeições em refeitórios escolares para o ano letivo 2013/2014 são as definidas pela ANCP, tendo sido efetuados os ajustamentos adequados às especificidades dos serviços a executar nos diversos refeitórios do concelho da Marinha Grande.*

*Considerando que os serviços da autarquia definiram o preço base de 1,32€ por refeição, acrescido de IVA à taxa de 23%, que resulta do valor contratado pela DREC – Direcção Regional Educação do Centro no ano letivo 2012/2013, ao abrigo do acordo quadro n.º 15 (AQ – RC – 2010) – Lote 2, que foi de 1,28€, sem IVA, acrescido da taxa de variação média do IPC em 2012 de 2,8%, o que perfaz o valor de 1,32€ por refeição, cujos documentos estão anexos à presente deliberação.*

*Considerando que a quantidade estimada de refeições objeto do contrato é de 257.020 o que determina que o preço base a aplicar ao procedimento é de 339.266,40 euros, a acrescer de IVA à taxa 23%, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objecto do contrato a celebrar.*

*Considerando que se encontra inscrito no Orçamento de 2013 e em Plano de Atividades Municipais de 2013, ação do PAM 2013/A/38, dotação para a assunção de despesa nos anos de 2013 e 2014 relativa ao fornecimento de refeições nos refeitórios para o ano letivo 2013/2014, nas classificações orgânica/económica 06/020105.*

*Considerando que, de acordo com a alínea b) do n.º 6 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, a celebração de contratos de aquisição de serviços ao abrigo de acordo quadro não estão sujeitas ao disposto nos n.ºs 1 e 4 do mesmo artigo, a saber, redução remuneratória e parecer prévio vinculativo, pelo que o procedimento a iniciar para o “Fornecimento de refeições em refeitórios escolares para o ano letivo 2013/2014” não está sujeito a redução remuneratória e parecer prévio vinculativo.*

*Considerando que a autorização prévia à assunção de compromisso plurianual para o “Fornecimento de refeições em refeitórios escolares para o ano letivo 2013/2014”, será solicitada à Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de Junho de 2013, de modo a dar cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro.*

*A Câmara Municipal, concordando com a proposta dos serviços, de acordo com os artigos 27.º, n.º 1, alínea h), 36.º, n.º1, 38.º, 40.º, n.º 2, 67.º, n.º 1, 258.º e 259.º, todos do Código dos Contratos Públicos, artigos 18º, n.º 1, alínea b) do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho e de acordo com o artigo 64º, n.º 1, alíneas d) e q) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, delibera:*

- a) *Tomar a decisão de contratar, com vista à satisfação das necessidades identificadas;*
- b) *Aprovar as peças do procedimento (convite e caderno de encargos);*
- c) *Adotar o procedimento de ajuste direto, nos termos do artigo 27.º, n.º 1, alínea h), do Código dos Contratos Públicos;*
- d) *Autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar;*
- e) *Designar o júri para conduzir o procedimento, com a seguinte composição:*
  - ✓ *Pedro Jerónimo, Presidente;*
  - ✓ *Alexandra Gonçalves, Vogal, substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos);*
  - ✓ *Nuno Silva, Vogal;*
  - ✓ *Paula Sardinha, Vogal Suplente;*
  - ✓ *Sara Coelho, Vogal Suplente.*

*Mais delibera que a presente deliberação produza efeitos apenas no dia útil seguinte à autorização prévia a conceder pela Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de Junho de 2013, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro.”*

**Deve ler-se:**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 28/06/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 14

*“Presente informação l/1577/2013 e requisição interna n.º 9868 do serviço da DCD – Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datadas de 04-06-2013, nas quais se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização do fornecimento de refeições em refeitórios escolares para o ano letivo 2013/2014.*

*Considerando a necessidade de contratualização do fornecimento de refeições em refeitórios escolares para o ano letivo 2013/2014, através de procedimento de consulta aos fornecedores (cocontratantes) ao abrigo do Acordo Quadro n.º 015 denominado de Refeições Confeccionadas (AQ-RC-2010), realizado pela Agência Nacional de Compras Públicas (através de Concurso Limitado por prévia qualificação), nos termos do artigo 259º e alínea b) do n.º 1 do artigo 252º, ambos do Código dos Contratos Públicos.*

*Considerando que, atenta a informação da DCD – Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, as refeições que se pretendem contratualizar inserem-se no Acordo Quadro da ANCP, Refeições confeccionadas (AQ-RC-2010), com o n.º 15, dieta normal para jovens e adultos por se destinarem, na sua maioria, a crianças com idades compreendidas entre os 6 e 16 anos e que estas se encontram preceituadas no LOTE 2 (Refeições confeccionadas Região Centro).*

*Considerando que a realização de procedimento de consulta aos fornecedores (cocontratantes) ao abrigo do Acordo Quadro n.º 015 denominado de Refeições Confeccionadas (AQ-RC-2010), realizado pela Agência Nacional de Compras Públicas, nos termos do artigo 259º e alínea b) do n.º 1 do artigo 252º, ambos do Código dos Contratos Públicos, determina o convite obrigatório às seguintes entidades cocontratantes, seleccionadas pela ANCP para o Lote2:*

- EUREST (Portugal) - Sociedade Europeia de Restaurantes, Lda.
- GERTAL - Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, S.A.;
- SOLNAVE - Restaurantes e Alimentação, S.A.
- UNISELF - Sociedade de Restaurantes Públicos e Privados, S.A.

*Considerando que as condições técnicas a submeter à concorrência para o fornecimento de refeições em refeitórios escolares para o ano letivo 2013/2014 são as definidas pela ANCP, tendo sido efetuados os ajustamentos adequados às especificidades dos serviços a executar nos diversos refeitórios do concelho da Marinha Grande.*

*Considerando que os serviços da autarquia definiram o preço base de 1,32€ por refeição, acrescido de IVA à taxa de 23%, que resulta do valor contratado pela DREC – Direção Regional Educação do Centro no ano letivo 2012/2013, ao abrigo do acordo quadro n.º 15 (AQ – RC – 2010) – Lote 2, que foi de 1,28€, sem IVA, acrescido da taxa de variação média do IPC em 2012 de 2,8%, o que perfaz o valor de 1,32€ por refeição, cujos documentos estão anexos à presente deliberação.*



*Considerando que a quantidade estimada de refeições objeto do contrato é de 257.020 o que determina que o preço base a aplicar ao procedimento é de 339.266,40 euros, a acrescer de IVA à taxa 23%, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar.*

*Considerando que se encontra inscrito no Orçamento de 2013 e em Plano de Atividades Municipais de 2013, ação do PAM 2013/A/38, dotação para a assunção de despesa nos anos de 2013 e 2014 relativa ao fornecimento de refeições nos refeitórios para o ano letivo 2013/2014, nas classificações orgânica/económica 06/020105.*

*Considerando que, de acordo com a alínea b) do n.º 6 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, a celebração de contratos de aquisição de serviços ao abrigo de acordo quadro não estão sujeitas ao disposto nos n.ºs 1 e 4 do mesmo artigo, a saber, redução remuneratória e parecer prévio vinculativo, pelo que o procedimento a iniciar para o “Fornecimento de refeições em refeitórios escolares para o ano letivo 2013/2014” não está sujeito a redução remuneratória e parecer prévio vinculativo.*

*Considerando que a autorização prévia à assunção de compromisso plurianual para o “Fornecimento de refeições em refeitórios escolares para o ano letivo 2013/2014”, será solicitada à Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de Junho de 2013, de modo a dar cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro.*

*A Câmara Municipal, concordando com a proposta dos serviços e de acordo com o artigo 259º e com a alínea b) do n.º 1 do artigo 252º e 36.º, n.º1, 38.º, 40.º, n.º 2, 67.º, n.º 1, todos do Código dos Contratos Públicos, artigo 18º, n.º 1, alínea b) do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho e de acordo com o artigo 64º, n.º 1, alíneas d) e q) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação atual da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, delibera:*

- a) Tomar a decisão de contratar, com vista à satisfação das necessidades identificadas;*
- b) Aprovar as peças do procedimento (carta-convite e caderno de encargos);*
- c) Adotar o procedimento de consulta aos fornecedores (cocontratantes) ao abrigo do Acordo Quadro n.º 015 denominado de Refeições Confeccionadas (AQ-RC-2010), realizado pela Agência Nacional de Compras Públicas, nos termos do artigo 259º e alínea b) do n.º 1 do artigo 252º, ambos do Código dos Contratos Públicos;*
- d) Autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar;*
- e) Designar o júri para conduzir o procedimento, com a seguinte composição:*
  - ✓ Pedro Jerónimo, Presidente;*
  - ✓ Alexandra Gonçalves, Vogal, substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos);*
  - ✓ Nuno Silva, Vogal;*
  - ✓ Paula Sardinha, Vogal Suplente;*
  - ✓ Sara Coelho, Vogal Suplente.*

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
28/06/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 14

*Mais delibera que a presente deliberação produza efeitos apenas no dia útil seguinte à autorização prévia a conceder pela Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de Junho de 2013, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro.”*

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

#### **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA**

607 - Por último a Câmara, usando a faculdade que lhe confere o n.º 3 do art.º 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 13:00 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do art.º 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

**O Presidente**

**A Secretária da reunião**